UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

INSTITUTO DE CIÊNCIAS E HUMANAS E SOCIAIS

CURSO DE PEDAGOGIA

A SALA DE RECURSO E A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS EM MARIANA MG

KARINE DE FREITAS SANTOS

MARIANA- MG

2018

KARINE DE FREITAS SANTOS

A SALA DE RECURSO E A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS EM MARIANA MG

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Profº Dr. Leandro Silva de Paula

MARIANA- MG

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
Instituto de Ciências Humanas e Sociais

A SALA DE RECURSO E A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS EM MARIANA MG

KARINE DE FREITAS SANTOS

Monografia aprovada em 10/12/18 pelos professores:

Professor Dr. Leandro Silva de Paula
Universidade Federal de Ouro Preto

Profa. Dra. Rosa Maria da E. Coutrim
Universidade Federal de Ouro Preto

Professora Dra. Cláudia Braga Andrade
Universidade Federal de Ouro Preto

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus, pois nele encontrei forças para não desistir e permitiu estar realizando mais um objetivo em minha vida. Agradeço também aos meus pais Miracema e Francisco pela compreensão e apoio, aos meus irmãos Valério e Bruno, aos meus queridos sobrinhos, tios e tias que entenderam a minha ausência e torceram por mim. Ao meu querido orientador Profº Dr. Leandro Silva de Paula pela orientação, incentivo, paciência e confiança. Agradeço ao meu namorado Gabriel que foi um grande parceiro ao meu lado e que soube compreender quando eu não podia estar presente, pelo apoio e incentivo, aos meus amigos e colegas principalmente a Karini, Laura, Denise, Bruna, Tamires Cristina e Bárbara que fizeram com que os meus dias fossem mais leves e que não me permitiram desistir. Agradeço também aos professores pelos conhecimentos em sala de aula, em especial a Profª Drª. Cláudia Braga Andrade que revisou a monografia, a Profª Drª Rosa Coutrin pela paciência e o carinho de sempre, a Profª Drª Liliane dos Santos Jorge que sempre foi prestativa e foi minha coordenadora durantes os 2 anos e meio de Pibid, o meu muito obrigada. Também agradeço a escola, aos professores que me receberam para fazer a pesquisa e os meus estágios, foram anos de conhecimento, trocas e aprendizado, enfim agradeço de coração a todos que fizeram parte da minha vida e contribuíram para minha formação.

RESUMO

Na contemporaneidade a Educação Especial representa uma grande mudança de paradigma, o presente trabalho tem como foco a sala de recurso como meio de inclusão no Ensino Regular. Focalizando neste campo, a pesquisa tem como objetivo principal analisar se a sala de recurso assegura ao aluno com deficiência a inclusão em situações de aprendizagem no ensino regular. A pesquisa foi realizada uma escola pública de Mariana, observando o cotidiano da sala de aula e da sala recurso, a metodologia utilizada foi uma abordagem etnográfica com caráter qualitativo. Realizou se um levantamento bibliográfico das legislações e marcos relevante para o campo da Educação Especial, o desenvolvimento infantil das crianças baseado em autores como Vygotsky e Piaget. Os resultados mostraram que a sala de recurso auxilia o aluno no desenvolvimento, porém dentro da sala de aula é preciso rever as práticas desenvolvidas e que alguns fatores interferem na articulação entre ambas as professoras.

Palavras-chave: Educação Especial; inclusão; aprendizagem; sala de recurso.

ABSTRACT

At the present time the Special Education represents a great paradigm shift, the present study focuses on the resource room as a means of inclusion in Regular Education. Focusing on this field, the main objective of the research is to analyze if the resource room assures the student with a disability the inclusion in learning situations in regular education. The research was conducted in a public school of Mariana City, looking the daily classroom and resource room, the methodology used was an ethnographic approach with a qualitative character. A bibliographical survey of legislation and reference relevant to the field of Special Education was carried out, the children's development of children based on authors such as Vygotsky and Piaget. The results showed that the resource room assists the student in the development, but inside the classroom it is necessary to review the developed practices and that some factors interfere in the articulation between both teachers.

Palavras-chave: Special Education; inclusion; learning; resource room.

LISTA DE ABREVIATURAS

AEE- Atendimento Educacional Especializado

APAE - Associação de Pais e Amigos Excepcionais APAE

ABDA – Associação Brasileira de Déficit de Atenção

MEC- Ministério da Educação

PNE- Plano Nacional da Educação

SRM- Sala de Recursos Multifuncionais

TDAH - Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade

TOD- Transtorno Opositivo Desafiador

ZDP- Zona de Desenvolvimento Proximal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 8

CAPÍTULO 1 12

A POLÍTICA EDUCACIONAL NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA 12

CAPÍTULO 2 22

DESENVOLVIMENTO INFANTIL E A EDUCAÇÃO ESPECIAL 22

CAPÍTULO 3 34

O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS 34

3.1 A Sociabilidade 38

3.2 Memorização e Raciocínio 41

3.3 A Autonomia 43

3.4 O Lúdico/ Brincar e Jogos 45

3.5 Letramento Matemático 48

3.6 Alfabetização e Letramento 48

3.7 Literatura 50

CONSIDERAÇÕES FINAIS 51

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS 54

ANEXOS 58

INTRODUÇÃO

Iniciarei essa monografia discorrendo acerca do meu interesse em pesquisar a temática da educação inclusiva no ensino regular. Que iniciou a partir das minhas experiências durante a graduação de Pedagogia no ano de 2015, por meio do Programa Institucional de Iniciação à Docência o "Pibid". O Pibid é um programa destinado a fomentar a iniciação a docência, contribuindo para a formação do aluno nas licenciaturas.

No curso de Pedagogia o Pibid no qual participei era destinado a Práticas Pedagógicas Inclusivas, que tinha função de planejar, desenvolver práticas pedagógicas significativas. Que tinha como ênfase em habilidades de leitura, voltadas para uma melhor aprendizagem e consequente inclusão dos alunos na escola. Também acompanhava a rotina da turma, auxiliando em atividades e fazendo suporte pedagógico individualizado com os alunos que possuíam dificuldades na aprendizagem da leitura e da escrita. Além disso, desenvolvia uma sequencia didática juntamente com o professor regente da turma, visando sanar as dificuldades da classe e a dinamizar os processos pedagógicos.

Dentro dessa experiência foi o que me despertou o interesse significativo para a área da inclusão, em querer conhecer sobre a educação inclusiva e sobre o atendimento especializado (AEE), como uma modalidade de ensino destinada para crianças com necessidades especiais no ensino regular. Principalmente por ter o contato com um aluno, que inicialmente apresentava suspeita de autismo leve, e que havia um laudo médico solicitando um acompanhamento pedagógico individualizado para o aprendizado da acriança. Com isso passou a frequentar a sala de recursos multifuncionais, como bolsista acompanhava nas atividades do ensino regular e desenvolvia outras atividades com ele.

Outras questões pertinentes foram surgindo no decorrer do curso, pois o aluno frequentava o ensino regular e a sala de recurso no mesmo turno da aula, percebia também a questão dos professores não compreenderem o que era desenvolvido com o aluno no atendimento especializado. Ou seja, não havia um diálogo entre a sala de recurso e o ensino

regular, nas práticas desenvolvidas, para assegurar com equidade a inclusão dos alunos com necessidades especiais.

Vivemos em uma sociedade marcada pela diversidade, formada por diferentes grupos sociais, ao pensarmos em diversidade na educação, pensamos logo em um espaço destinado na participação de todos. Em que o principal objetivo é fazer a inclusão de todos os sujeitos, em um contexto como a escola demarcada pelas diferenças. Como forma de legitimar seus direitos, a busca pela equidade das minorias no meio educacional, ainda é um processo lento que aos poucos se fundamentam em concepções de mudanças educacionais.

O aluno na vida escolar, precisa ter a oportunidade de estar um ambiente no qual possa se desenvolver, se socializar com outras crianças e além de tudo que seja oferecido um atendimento educacional adequado, atendendo as suas necessidades de aprendizagem. É sabido que para uma escola que atenda a todos, ainda é uma tarefa árdua, que é necessário muito trabalho, além de mudar concepções que estão arraigadas por meio de preconceitos. Para que aja essa transformação é fundamental que os professores tenham uma boa formação, promova o respeito, novas práticas que favoreçam a inclusão de todos os alunos, o acolhimento e apoio as famílias dos alunos, ainda há muito que melhorar para que tenha uma escola inclusiva.

Esse movimento da educação inclusiva é um assunto relevante, que vem crescendo ao longo do tempo, com discussões que abordam a inclusão de crianças que apresentam dificuldade de aprendizagem e necessidades especais no ensino regular. Para romper os paradigmas no meio educacional, com uma perspectiva de uma educação voltada para todos. Em uma escola inclusiva os alunos tem a possibilidade de crescimento pessoal de todos no convívio com as diferenças e constrói o respeito, além de garantir a inclusão na escola pública conscientizando desde a educação infantil a conviver com todos.

Sendo assim com o intuito de conhecer e aprofundar mais sobre uma educação abrangente para todos, esta pesquisa tem como objetivo investigar a respeito do processo de inclusão de alunos com necessidades especiais, no Ensino regular por meio da Sala de Recurso Multifuncional (SRMs) em uma escola Estadual de Mariana. A pesquisa irá também

contribuir para discussões da temática inclusão escolar, de forma a valorizar a diversidade dos alunos, em que cada um desenvolva suas potencialidades e como as práticas da inclusão favorecem o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos.

A partir dos dados do Censo escolar da Educação Básica de 2017, divulgado pelo Ministério da Educação (MEC), os números mostram como houve crescimento de alunos com necessidades especiais no ensino regular, passando de 85,5% em 2013 para 90,9% em 2017. Também a maior parte de alunos com necessidades especiais, não tem acesso ao atendimento educacional especializado, apenas 40,1% conseguem utilizar o serviço. Portanto a pesquisa irá contribuir para os professores que o atendimento educacional especializado deve ser simultâneo ao ensino da classe regular, sendo um suporte de aprendizagem, a fim de suplementar ou complementar o ensino na sala de aula.

Além de proporcionar uma melhor compreensão aos professores, no desenvolvimento de um trabalho direcionado a inclusão, demandando um diálogo entre o professor da sala de recurso e o da sala regular. De forma que ocorra uma ação integrada entre ambos, para que juntos possam compartilhar experiências e construir práticas pedagógicas que auxiliarão o aluno no processo de aprendizagem. O Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, estabelece metas para uma educação com qualidade, garantindo o acesso e a universalização.

Entre suas metas está a de número 4, pensada para a Educação Especial, na perspectiva inclusiva no ensino regular, integrando a oferta do serviço de atendimento especializado, por meio da sala de recurso multifuncional. Esse documento visa garantir os direitos daqueles que estavam marginalizados perante a sociedade, fazendo a inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

No ano de 2003, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Ministério da Educação (MEC) implantou uma Política de Educação Inclusiva: direito a diversidade, por meio de vários programas e ações. Na educação Especial, o programa Sala de Recurso Multifuncional, visava à construção de um sistema educacional direcionado a inclusão de

todos ao ensino escolar. Além do programa da sala de recurso, criou se o programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência (PAED), instituído pela Lei n. 10.845 de 05 de março de 2004 que tem a finalidade de em atender os alunos do ensino regular integrado a sala de recurso.

Com a perspectiva de uma educação inclusiva, é necessário que a escola passe por mudanças, garantindo a acessibilidade na infraestrutura e no direito ao atendimento especializado. O objetivo fundamental deste trabalho é analisar se a sala de recurso assegura o aluno com deficiência à inclusão em situações de aprendizagem no ensino regular. Ou seja, o intuito é verificar se há um diálogo entre os professores da Sala de Recurso e do ensino regular, a partir das práticas desenvolvidas como forma de assegurar a equidade e a inclusão dos alunos com necessidades especiais.

Além disso, analisar o desenvolvimento infantil das crianças que frequentam a sala de recurso, baseado na linguagem, cognição, afetividade e coordenação motora. Investigar também se as atividades desenvolvidas na sala de recurso possibilitam um melhor desempenho do aluno, nas atividades do ensino regular, na perspectiva do professor. Analisar a estrutura e o desenvolvimento das atividades pedagógicas, já que a sala de recurso deve funcionar como suporte na aprendizagem da criança e não destinar o espaço como reforço escolar ou trabalhar os mesmo conteúdos desenvolvidos na sala de aula.

Compreender também as propostas pedagógicas das atividades desenvolvidas, de forma que esse conjunto de atividades trabalhado pela professora na SRM contribua para proporcionar e ampliar a autonomia, as habilidades e a construção do conhecimento do aluno. Sem deixar de observar se os professores possuem conhecimentos das atividades desenvolvidas no contra turno dos alunos, se o trabalho é articulado com o professor da sala de recurso. Este estudo será realizado por meio de pesquisa de campo, em que observarei diversos aspectos, por meio de uma abordagem etnográfica e acompanhei o desenvolvimento das atividades na sala de recurso. Também quero analisar se há um trabalho em conjunto dos professores do atendimento especializado e do ensino comum.

A construção de dados foi por meio de entrevistas semiestruturadas com as professoras de ambas as salas. O trabalho está dividido em três capítulos: o capítulo I irá abordar um panorama histórico das legislações que rege sobre a Politica Educacional, em que se insere a Educação Inclusiva e a Sala de Recurso Multifuncional. O capítulo II abordará o desenvolvimento infantil nos aspectos da linguagem, cognição, coordenação motora e afetividade e sobre a Educação Especial. No último, observarei o desenvolvimento da criança em uma Sala de Recurso e no ensino regular.

CAPÍTULO 1

A POLÍTICA EDUCACIONAL NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Iniciarei este capítulo contextualizando as políticas educacionais destinadas às pessoas com deficiência no Brasil, percorrendo todo o processo histórico da Educação Especial, a partir dos primeiros movimentos de iniciativa para a construção de políticas e perpassando nas legislações e conquistas no âmbito educacional. Analisando o contexto da Educação Especial, observa-se intensas transformações que ocorreram ao longo do tempo. Tais momentos perpassam desde a total exclusão das pessoas com deficiência no ambiente escolar ate as inúmeras conquistas educacionais obtidas nas ultimas décadas.

No século XVIII, os indivíduos que apresentavam alguma deficiência física e/ou intelectual não se adequavam ao padrão estabelecido pela sociedade por serem considerados diferentes. Consequentemente viviam marginalizados e eram vistos como incapazes, no contexto familiar os indivíduos com deficiência eram isolados em suas casas, longe dos olhares preconceituosos da sociedade e por isso não faziam parte da rotina familiar. Sendo assim, poucas foram às iniciativas destinadas à educação das pessoas com deficiências, uma vez que a falta de conhecimento e a incapacidade perante as necessidades educacionais desses indivíduos eram preponderantes.

As primeiras iniciativas e movimentos de institucionalização para o atendimento aos deficientes se iniciaram nos Estados Unidos e no Canadá alcançando posteriormente outros países como o Brasil. Em 1848 os deficientes eram atendidos em suas próprias casas, somente anos mais tarde, mais especificamente no ano 1896 os atendimentos passaram acontecer fora do contexto domiciliar, crescendo consideravelmente o número de instituições destinadas a essa parcela da população.

Os períodos finais do século XVIII e inicio do século XIX foi marcado pela segregação, nessa perspectiva o campo da medicina passou a investigar sobre as causas possíveis da deficiência, já que a deficiência passou a ser vista como doença. Portanto a área da saúde passou a oferecer atendimentos adequados aos indivíduos, além de ofertar tratamentos para solucionar a deficiência e dar apoio social as famílias, de modo que não visava oferecer atendimento educacional. Segundo Pessotti (1984) essas instituições possuíam apenas caráter assistencialista, eram filantrópicas e não recebiam nenhum financiamento do poder público, estavam ligadas as instituições religiosas.

Na questão do âmbito educacional foi a partir do conhecimento da área da psicologia que passaram a “categorizar” as pessoas em relação às diferenças, a existência de um padrão idealizado pela sociedade (MENICUCCI, 2005). É nesse contexto que a educação ganha destaque, acreditando que se as pessoas deficientes fossem escolarizadas poderiam se tornar “pessoas normais” e poderiam ser uteis a sociedade.

No ano de 1854 surge o primeiro espaço educacional, destinado a atender pessoas com deficiências, o instituto dos Meninos Cegos, atualmente conhecido como Instituto Benjamim Constant (IBC). Anos mais tarde em 1857 surge o instituto para Surdos-Mudos, que hoje se chama Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), sendo destinado apenas para público do sexo masculino, essas instituições estão localizadas na cidade do Rio de Janeiro, sendo caracterizada iniciativas privadas.

A partir do século XX, o Brasil tem como marco a criação da Sociedade Pestalozzi em 1930 na cidade de Belo Horizonte/MG, pela psicóloga Helena Antipoff. Segundo Queiroz e Bedin (2015) essa instituição se destinou a atender crianças que apresentavam deficiência mental, em 1945 é criado o primeiro atendimento especializado para superdotação por Helena. A partir dessa iniciativa outros movimentos semelhantes foram ganhando destaque no aparecimento de outras instituições, associações, institutos que tinha o mesmo propósito de escolarizar pessoas deficientes. Em 1954, surge um movimento social importante para a Educação Especial, a Associação de Pais e Amigos Excepcionais (APAE), um movimento destinado a dar assistência, como atendimento médico e anos mais tarde destinados a desenvolver um trabalho pedagógico com pessoas com deficiência intelectual.

Esse movimento se iniciou na cidade do Rio de Janeiro, depois que um casal dos Estados Unidos chegou ao Brasil, a princípio o casal não encontrou nenhuma instituição apropriada para receber seu filho que possuía síndrome de down. A partir da motivação, do interesse em buscar melhores condições de atendimento para as pessoas com deficiência intelectual, o casal norte-americano decidiu reunir com pessoas que tinham o mesmo interesse, como pais, médicos, amigos, familiares de pessoas com deficiências organizaram a primeira associação direcionada para esse público.

Diante disso essas iniciativas não estavam ligadas as políticas educacionais públicas, somente a partir dos anos 60 é que a modalidade de Ensino Especial passa a pertencer ao sistema educacional. Portanto mediante a necessidade de atender a todos, são definidas ações oficiais em todo âmbito nacional, para que as organizações possam receber esse público e dar assistência clínica e educacional. Considerando todo o processo histórico, alguns marcos legais para a Educação Especial foram relevantes para a reformulação de políticas educacionais, pensando na inclusão dos deficientes e garantir que todos os alunos independentes de suas capacidades possam desenvolver seu potencial em um local adequado.

Em decorrência disso, em 1961 as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) sobre a lei nº. 4024/61 se destaca por ser um dos primeiros documentos a se referir ao

direito dos deficientes na oferta da educação no ensino comum. Porém esta lei prevê apenas a integração desses alunos no ambiente escolar, atribuindo ao sujeito adaptar se ao currículo comum destinado aos outros alunos “ditos normais”. No entanto essa prática de integração no ensino regular, não obteve sucesso, sendo assim não houve uma reestruturação adequada ao ensino, com a finalidade de atender as necessidades educacionais e o desenvolvimento integral dessas crianças.

No ano de 1988 foi promulgada a Constituição Federal garantindo o tratamento igualitário a todas as pessoas, descrito no artigo 205.

> Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2014).

A Constituição visava garantir o direito à educação para aqueles que estavam marginalizados perante a sociedade, incluindo os deficientes, com a finalidade de promover a equidade, de universalizar o acesso a todos à escola e para alcançar um ensino de qualidade. Esse documento consiste em assegurar a educação para todos, sem distinção, de modo que possa atingir o pleno desenvolvimento como cidadão, é o que afirma Mantoan (2003). Assim também fica estabelecida no art. 206, inciso I a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, como um dos princípios para o ensino e como dever do Estado à oferta de serviços especializados que é o Atendimento educacional Especializado (AEE), preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 2014).

Na contemporaneidade a Educação Especial representou uma mudança de paradigma, pois foi a partir dessa modalidade de ensino, que a educação inclusiva obteve algumas conquistas. A educação inclusiva foi fundamental para pensar em uma educação para os deficientes a partir dos direitos humanos, eliminando toda e qualquer dificuldade que limite o deficiente de ter acesso à escolarização, buscando beneficiar integralmente o desenvolvimento dos alunos. A Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) é um

documento referencial que propõe uma educação a partir de ações, para cumprir as necessidades básicas de aprendizagem, com o intuito de melhorar a qualidade de vida e desenvolvimento das potencialidades humanas.

A declaração apresenta acordos, que mediante as ações e propostas deve reorganizar todo o sistema educacional brasileiro, dando amparo necessário e garantindo aos alunos com necessidades especiais seu acesso e sua permanência no ensino regular, para que se sintam pertencentes e incluídos ao contexto escolar. Os modelos de inclusão educacional adotados atualmente pelo governo federal, assim como em outros países em desenvolvimento, baseiam-se principalmente em documentos internacionais como a Declaração de Salamanca, de 1994 (MIRANDA, 2002 p.3).

Outro marco fundamental para a Educação Especial foi a Declaração de Salamanca originada na Conferência Mundial de Educação Especial, realizada na Espanha, no ano 1994 com 52 países e organizações que trouxeram diretrizes para reformulação do sistema educacional e de políticas educacionais. A base dela é de uma educação para todos, com uma pedagogia centrada na criança deficiente, devendo ser incluída para conviver junto com outras crianças, atendendo as diversidades e promovendo a aprendizagem.

Outro documento relevante para a educação inclusiva é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº 9.394/96 que prevê a educação especial como uma modalidade de ensino que permeia todo o sistema educacional. O ensino deve ocorrer preferencialmente na rede regular e oferecer ao educando atendimento especializado para deficiências transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Afirmando o que aparece no 5º parágrafo, artigo 58 sobre a oferta de a educação especial ocorrer no ensino regular, trazendo a concepção de integração dessas pessoas no sistema educacional:

> Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais (BRASIL, 2014).

De modo a garantir o direito do aluno a ser escolarizado e frequentar o ensino comum, os documentos vem reafirmando ao longo dos anos, que todos possuem direito à educação. As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica de 2001 reafirmam que todas as escolas devem efetivar a matrícula de crianças com necessidades especiais e oferecer condições a um ensino de qualidade, a partir da oferta do atendimento especializado.

> Art. 2º: Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (MEC/SEESP, 2001).

Também em 2001, o Plano Nacional da Educação (PNE) aponta referências sobre a viabilidade de uma escola inclusiva, podendo apresentar avanços gradualmente, mas que necessitaria estabelecer metas e objetivos, quanto à formação de professores, acessibilidade arquitetônica e a oferta do atendimento especializado no ensino regular. Já no ano de 2003 foi implantado pelo Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Especial, o "Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade" (BRASIL, 2008), visando transformar todos os sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivo com o objetivo de promover:

> [...] formação de gestores e educadores para efetivar a transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos, tendo como princípio, a garantia do direito dos alunos com necessidades educacionais especiais de acesso e permanência, com qualidade, nas escolas regulares (Brasil, 2005, p.9).

Outros programas também contribuíram para a expansão da política da educação especial entre eles o Programa Incluir direcionado ao ensino superior e o Programa de implementação das Salas de Recursos Multifuncionais por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/SECADI no ano de 2008. Esse programa foi inserido em algumas escolas públicas do ensino regular, destinada a promover condições

de acessos, aprendizagem e oferta do atendimento especializado para alunos público alvo da Educação Especial, a fim de suplementar ou complementar o ensino.

Considerando todo o processo histórico referente à Educação Especial, percebe-se que há um longo caminho a ser percorrido, pois há o intuito de assegurar os alunos com necessidades especiais para que aja a inclusão nas escolas públicas brasileiras. É fundamental esclarecer que a educação inclusiva é um processo no qual todos os alunos são incluídos e devem ser educados com apoio necessário, independente das diferenças, deficiências e especificidade de cada aluno. Já a Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os anos de escolaridade, é ofertado para alunos com necessidades especiais fora do âmbito escolar, em instituições especializadas com profissionais da área para o atendimento desses alunos.

A concepção de inclusão escolar não consiste somente em garantir o sistema educacional de modo igualitário e inserir os deficientes ao convívio com os outros alunos. Receber alunos com alguma necessidade especial na sala de aula vai muito além de garantir lhe a vaga que é por direito, é imprescindível que aja uma organização estrutural da escola quanto aos espaços físicos, à formação docente, aos materiais didáticos. Segundo Mantoan (2003) a perspectiva de inclusão de alunos com necessidades especiais no contexto escolar, geram divergências entre grupos causando inquietações pertinentes quanto à inserção de alunos deficientes, aos pais, professores, médicos.

Baseando o que Lima (2006) a integração seria apenas o ato de compartilhar o mesmo espaço, é somente “colocar” uma criança com deficiência para interagir com outras crianças, deixando de lado suas especificidades. A integração está relacionada a um problema pessoal do sujeito e visa somente à manutenção das estruturas institucionais, exigindo mais tempo de adaptação do aluno ao contexto escolar. Já a inclusão é pensada na subjetividade do aluno, considera as necessidades educacionais do sujeito como problema social e institucional e exige ações que demandam uma restruturação para que a escola se adequa para receber todos os alunos, incluindo os que apresentam alguma necessidade especial (LIMA, 2006).

A Educação Inclusiva é um movimento que tem o propósito de tornar a educação democrática, para que acolha a todos e garanta a permanência dos alunos sem distinção social, financeira, cultural, raça ou deficiência. Corroborando para uma educação inclusiva a Declaração dos Direitos Humanos e a Constituição de 1988 afirmam que é direito de todas as pessoas terem o acesso à escola, além do mais a Declaração de Salamanca declara que a inclusão visa à participação de todos independentes das diferenças ou dificuldades que o aluno tenha e cabe a escola propiciar os mesmos direitos, eliminando toda e qualquer forma de discriminação.

A educação inclusiva implica numa mudança de paradigma educacional, em que abrange orientações necessárias para adaptar a realidade do aluno, adotando estratégias e metodologias de ensino diferenciadas, a formação de professores, além de recursos e materiais pedagógicos de modo que as escolas atendam os alunos com deficiência. Se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças (MANTOAN, p.14 2003). Pensando nas dificuldades de aprendizagem e reconhecendo que cada aluno possui seu tempo, a escola deverá procurar um jeito de atender as diversidades a partir de uma educação acessível e com qualidade para todos.

Compreendendo que a escola se encontra imerso a diversidade dos alunos, é necessário que ela passe por adaptações do currículo, na construção de práticas facilitadoras de modo que todos possam aprender os mesmo conteúdos, se distanciando do modelo antigo e tradicional. Inclusive alunos da Educação Especial devem receber todo e qualquer apoio mediante ao programas, imobiliários, recursos que forem necessários para a sua permanência no ensino regular, eliminando os obstáculos e garantir lhe a aprendizagem. Diante disso os documentos e as legislações determinam que os sistemas de ensino devem assegurar a Educação Especial, oferecendo condições por meio de recursos financeiros, humanos e materiais, como forma de amparar a Educação Inclusiva.

O MEC em 2008 torna público o documento da Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, avançando na democratização e promovendo condições eficazes para superar suas dificuldades de aprendizagem. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) é baseado na Convenção sobre os direitos das |pessoas com deficiências e que entrou em vigor 2016 e que enfatiza a acessibilidade por meio de serviços e recursos que elimine as barreiras de aprendizagem. Cada vez mais as políticas públicas têm dado à atenção específica as pessoas com deficiências, com vista em ampliar o acesso, a participação e equidade para toda população.

Sendo assim na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, o Brasil procurou rever o documento que a ONU adotou, buscando defender os direitos das pessoas deficientes. Essa convenção estabeleceu um acompanhamento continuo da evolução com relação às ações desenvolvidas para esse público, a mudança da ótica de modelo clinico para um modelo social, em que a condição real esta na limitação da acessibilidade e não ao fator da deficiência. Deixando claro que as pessoas com necessidades especiais não apresentam doenças e sim a falta de acessibilidade que deve ser revista e solucionada a partir de politicas públicas pensada na restruturação da equidade para todos.

Portanto baseada nessa convenção, o governo federal intensificou e implantou algumas medidas, elaborando planos inovadores de apoio e estímulo em defesa dos direitos das pessoas com necessidades especiais. Em 2011 foi lançado o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Viver sem Limite) sobre o decreto nº 7.612, sendo desenvolvido por 15 ministérios mais o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Além disso, o plano apresenta quatro eixos a atenção a saúde, a inclusão social, a acessibilidade e a educação, que prevê a prioridade na matrícula, a implantação de salas de recursos multifuncionais qual é realizado o AEE, programa escola acessível, que destina recursos financeiros para promover acessibilidade arquitetônica nos prédios escolares e compra de materiais e equipamentos de tecnologia assistiva.

Bem como o serviço de Atendimento Educacional Especializado (AEE) é pensado para o público alvo da Educação Especial, alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, oferecendo um suporte pedagógico complementar ou suplementar o ensino. O atendimento deve ocorrer preferencialmente no ensino regular, perpassando todas as modalidades de ensino, podendo ser realizado na escola onde o aluno estuda, em classes ou escolas especializadas.

Conforme a Resolução MEC CNE/CB de nº 4 aprovada em 2009, que assegura alunos com necessidades especiais tenham direito a dupla matricula no ensino regular e na Sala de Recurso, devendo ser ofertado no contra turno como complemento ou suplemento ao ensino, eliminando toda e qualquer forma de exclusão no ensino regular, como este previsto no artigo:

> Art. 2º O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem (BRASIL, 2009).

O Plano Nacional da Educação (PNE) orienta a educação a partir de metas que devem ser cumpridas com duração de 20 anos em que defende o acolhimento das diferenças nas escolas regulares. Para a Educação Especial na perspectiva de educação inclusiva a meta de número 4 prevê a universalização do acesso à educação para crianças de 4 a 17 anos com necessidades especiais ao atendimento educacional especializado. A função do atendimento educacional especializado tem como identificar, desenvolver e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, que elimine todos os obstáculos na aprendizagem.

O atendimento educacional especializado deve correr preferencialmente no ensino regular, segundo as Diretrizes Nacionais da Educação Especial para Educação Básica devem ocorrer nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM). A implantação das Salas de Recursos Multifuncionais nas escolas regulares é um programa criado, com a finalidade de atender alunos público alvo da Educação Especial. Assegurando o direito de todos aprenderem no

mesmo espaço, sendo que é o local onde ocorre o AEE, conduzido por um professor que tenha especialização para atuar na sala.

O atendimento pode acontecer individualmente ou em grupos, em horários ao contraturno escolar do aluno, a denominação de multifuncional se dá por ser um local especializado para o atendimento de diversas deficiências, também por ser flexível, pois abrange um currículo vasto promovendo o acesso através de diferentes recursos que são utilizados de acordo com a necessidade do aluno. Segundo o Ministério da Educação os professores das salas de recursos multifuncionais devem considerar as diversas áreas do conhecimento, os aspectos relacionados ao estágio de desenvolvimento cognitivo, coordenação motora e linguagem dos alunos. Assim o AEE deve ser trabalhado nas dificuldades que cada aluno apresenta, considerando a individualidade de cada criança e o seu ritmo de aprendizagem.

De modo a que o atendimento especializado possa auxiliar no desenvolvimento da autonomia, procurando então identificar quais recursos específicos devem ser empregados para facilitar o aprendizado na compreensão de conhecimentos em sala de aula, os professores devem cuidar para que a proposta de ensino seja diferenciada desenvolvendo habilidades que possam ser aplicada no cotidiano, aprendendo e construindo seu conhecimento (BRASIL, 2006).

CAPÍTULO 2

DESENVOLVIMENTO INFANTIL E A EDUCAÇÃO ESPECIAL

Neste capítulo abordaremos sobre a bibliografia referente às atividades e as práticas pedagógicas desenvolvidas na sala de recurso multifuncional pelos professores especializados. A partir dos resultados obtidos por pesquisas acadêmicas têm demonstrado como essas atividades vêm assegurando ao aluno com deficiência a inclusão em situações de

aprendizagem no ensino regular. A inclusão no Brasil é historicamente recente, percebe-se que o caminho percorrido pela educação inclusiva foi muito difícil, por destacar que ao longo dos anos a Educação Especial foi marcada pela exclusão social e educacional. Ainda existem muitas barreiras a serem vencidas, para que os deficientes realmente sejam incluídos na sociedade, como indivíduos plenos de direitos e que sejam concretizados na prática.

Em decorrências de lutas e conquistas a educação inclusiva possibilitou as pessoas com deficiência a garantia da igualdade de oportunidade e a participação plena como cidadãos. O foco principal da inclusão é identificar a diversidade existente no contexto escolar e fazer com que esses alunos da Educação Especial sejam contemplados por uma educação de qualidade que possam romper as barreiras que dificultam o processo de aprendizagem. Como Oliveira (2009, p.74) orienta: "Cabe à escola criar condições necessárias para o desenvolvimento do aluno e para a superação de seu próprio limite".

Assim para ser de fato uma escola inclusiva, deve haver uma reflexão quanto ao projeto político pedagógico, procurando se organizar, visando um currículo adaptado, a avaliação como é destinada, as estratégias de ensino apropriadas. Em uma perspectiva de valorizar a diversidade existente, favorecendo práticas educativas diferenciadas e desenvolvendo o máximo das potencialidades desses alunos. De modo que deparamos com as inúmeras necessidades específicas de cada aluno, em que cada um apresenta um ritmo de aprendizagem, "a palavra da ordem é equidade, o que significa educar de acordo com as diferenças individuais, sem que qualquer manifestação de dificuldades se traduza em impedimento à aprendizagem." (CARVALHO 2000, p.35)

Quando se trata de práticas pedagógicas é importante lembrar que algumas escolas apresentam um currículo homogeneizador, que padroniza o ensino como se todos fossem iguais em relação a aprendizagem. A escola que adota um ensino tradicional, consequentemente impede que os alunos com necessidades especiais aprendam os mesmo conteúdos. Esse fato faz com que as diferenças se tornem discrepante em relação aos outros alunos, causando possíveis defasagens nas crianças, que não conseguem acompanhar o ritmo da turma.

Portanto ao não serem comtempladas no ensino, faz com que a exclusão dos alunos seja reforçada, e a escola se torne apenas um espaço destinado para a transmissão de conhecimentos, sem levar em conta as particularidades dos alunos. Para tanto é indispensável que a escola desconstrua essa concepção de ensino e aprendizagem, pois qualifica os alunos em situações iguais de estágio, no que tange ao oposto que o aluno com deficiência necessita de apoio pedagógico especializado.

Assim as escolas devem utilizar práticas que favoreçam a inclusão, com a capacidade de atender a todos em um ensino focado na qualidade, bem como os alunos se sintam motivados de estar no ambiente escolar e que consigam participar das atividades desenvolvidas na sala de aula. Segundo Mantoan (2003) muitas das práticas de ensino, recaem sobre a velha maneira de agir, não há uma preocupação de revisão sobre as práticas que estão sendo desenvolvidas e que podem ocasionar a exclusão dos alunos com necessidades especiais no ensino regular.

Além do mais as escolas apresentam postura de resistência, pelo fato de não saber como lidar com as diferenças, no qual os alunos não podem ser vistos como sujeitos sem conhecimento, eles vem dos mais variados contextos culturais, são seres humanos que tem desejos, sonhos valores e sentimentos. Em suma, a sala de aula deve ser um espaço destinado a valorização das diferenças, da descoberta, que todos os alunos tem capacidade de aprender, respeitando o tempo próprio de aprendizagem a partir de práticas que implicam na construção de conhecimento significativo. Nesse sentido o programa sala de recurso multifuncional é inserido nas escolas, para atender alunos que possuem deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, além de alunos que possui autismo, hiperatividade, déficit de atenção, dislexia entre outros.

Esse espaço segundo as Diretrizes Nacionais de Educação Especial para Educação Básica é composto por equipamentos, recursos pedagógicos para atender as necessidades dos alunos, além de ofertar o serviço de atendimento educacional especializado. O professor especializado é responsável por criar recursos pedagógicos e por desenvolver atividades que facilite a aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais. Para frequentar

a sala de recurso o aluno precisa passar por uma equipe de especialista em que irá diagnosticar o que o aluno possivelmente tem.

A partir do laudo clínico, o aluno é encaminhado para o acompanhamento de maneira correta, no âmbito educacional o aluno precisa receber apoio pedagógico dos professores. Por isso é relevante compreender como ocorre o processo de aprendizagem e como são desenvolvido as atividades para alunos que demandam recursos e estratégias a ser utilizada para o aluno. Segundo o MEC é importante que o professor considere as áreas de conhecimentos como linguagem e cálculos, a área de desenvolvimento cognitivo, motor, afetivo, social e emocional.

Tendo em vista, o ano escolar que o aluno está, os recursos que devem ser usados e as atividades desenvolvidas na sala de recurso, para que possam auxiliar nas dificuldades em assimilar determinados conteúdos na sala de aula. Para isso as atividades desenvolvidas no AEE devem ser diferenciadas, não visa trabalhar os conteúdos vistos em sala de aula, não pode ser confundido com um reforço escolar e nem deve ser substituída. Mas sim devem implicar na construção dos conhecimentos que ajudam o aluno assimilarem os diversos conteúdos, por meio de metodologias adequadas.

De acordo com Santos (2008) as atividades desenvolvidas devem ser de interesse e necessidade específica de cada aluno, para isso o professor deve conhecer as limitações e os avanços, para que possa mediar na aprendizagem. Além de ajudar alcançar as capacidades que ainda lhe falta, bem como contribuir de tal maneira para o desenvolvimento na realização e participação das atividades no ensino regular. Diante disso é importante que se tenha um trabalho colaborativo entre a coordenação pedagógica, professores do ensino regular e da sala de recurso, para que juntos possam planejar ações que viabilize o acesso e a permanência do aluno em suprir suas dificuldades relacionada a aprendizagem.

Assim também a sala de recurso multifuncional deve estar vinculada ao ensino regular, as ações adotadas devem estar articuladas para ajudar o aluno a vencer os obstáculos que possam atrapalhar seu desenvolvimento. É importante também que a família auxilie no processo de aprendizagem, isso faz com que o aluno consiga progredir fora do ambiente

escolar. O professor da sala de recurso deve ser o mediador em que trabalhará com recursos e atividades que estimule a atenção, o raciocínio lógico, à concentração, a memória, a linguagem, a criatividade entre outros.

De acordo com Mendes (2006), os professores devem articular suas ações em conjunto, de modo que o professor da sala de recurso direcione o professor do ensino regular a trabalhar, a criar uma melhor forma de conduzir o aluno a aprendizagem. Enfatizando que "o desenvolvimento da criatividade e da motivação dentro da área de interesse e ou de habilidade do estudante, vem ampliar as possibilidades de que o aluno tenha sucesso e satisfação pessoal" (OLIVEIRA, GOTTI e DUTRA, 2006, p.33). As atividades desenvolvidas demandam também o uso de recursos pedagógicos, que devem ser selecionado de acordo com as necessidades dos alunos.

As atividades desenvolvidas na sala de recurso devem ser de acordo com o público do Ensino Fundamental I, que deve fazer uso de recursos pedagógicos como jogos que trabalhe a atenção, a criatividade, os esquemas de raciocínio, lógica e pensamento. Também o uso de jogos adaptados com símbolos, gráficos ilustrados podendo ser utilizado em pranchas de comunicação, ou jogos de fácil manipulação, que abrangem as áreas do conhecimento como matemática, geografia, história entre outros. Também há produção de jogos pelo professor que podem ser feito com materiais recicláveis e devem estabelecer critérios como a cor, o tamanho, a espessura de acordo com as necessidades dos alunos.

A utilização de jogos facilita o aluno na percepção dos conteúdos, tornando a atividade mais atraente, a ludicidade ajuda a criança a desenvolver nos aspectos sociais, intelectual e afetivo em que a criança vai construindo seu próprio conhecimento. Para os alunos que possuem deficiência visual se utiliza livros impressos em letras ampliadas em braile, livros falado, recursos assistivos como soroban, softwares, e brinquedos para o desenvolvimento da linguagem, reconhecimento de formas e atividades de vida diária. (OLIVEIRA, GOTTI e DUTRA, 2006, p.20). De acordo com Oliveira, Gotti e Dutra (2006) o atendimento educacional especializado deve priorizar o desenvolvimento dos processos mentais, oportunizando atividades que permitam a descoberta, a invenção e a criatividade.

Até no século XX acreditava que as crianças pensavam como adultos, algumas correntes teóricas investigavam a interferência dos comportamentos biológicos, a partir de concepções inatistas em que considerava o ser humano inato, ou seja, acreditava que o indivíduo nascia com características pré-estabelecidas e que no decorrer do desenvolvimento ela não se modificaria. Já os teóricos mais recentes se baseiam em teorias sociointeracionistas, no qual as crianças são seres ativos, participantes do processo de construção do conhecimento. Seu principal investigador Piaget (1986) procurou entender como se constituía os processos mentais do indivíduo, a partir do contexto em sua volta e estudava o processo de construção do conhecimento.

A teoria de Piaget (1986) leva em conta os aspectos biológicos, psíquicos e comportamentais do indivíduo, sua corrente direciona para a aquisição do conhecimento. O foco principal é entender como o sujeito aprende, memoriza, representa e percebe utilizando o conhecimento para desenvolver habilidades de falar, pensar, memorizar para adaptar a realidade. Esse fato foi denominado de epistemologia genética, que trata do surgimento de estágios sequenciais, a partir dos esquemas mentais que interfere no comportamento.

Piaget, portanto buscou investigar como as crianças adquiriam o conhecimento, a partir da observação do comportamento de seus filhos e de outras crianças. No decorrer da observação, estruturou mecanismos para compreender como ocorria o processo cognitivo na infância. Também nas aplicações de testes, Piaget percebeu nas crianças de uma mesma idade, que elas apresentavam em comum, praticar os mesmos erros, sendo assim chegou a conclusão que deveria focar apenas no raciocínio delas na solução de problemas

A criança esta em constante processo de aprendizagem, seu desenvolvimento ocorre em um processo continuo e de forma gradativa. Sendo assim Piaget se baseia em aspectos da cognição no desenvolvimento biológicos da criança, nos desafios lançados para o aluno, provocando desiquilíbrios e equilíbrios, que são necessários para a criança construir e reconstruir seu conhecimento. Bem como a criança ao adquirir um novo conhecimento, inicialmente não atribuirá significados, por não encontrar nada similar do que lhe foi apresentado antes.

A partir desse estranhamento, Piaget apresenta dois mecanismos denominados de “assimilação”, a criança com o novo conhecimento aprendido é definido como “equilíbrio”, que ocorre de maneira progressiva e internalizada o que aprendeu, passando fazer sentido para a criança, então denominado de “esquemas mentais”. Ao incorporar o que ela aprendeu, a criança passa pelo período da “acomodação” que é definido como um conhecimento incorporado.

Em relação ao desenvolvimento da linguagem, na abordagem interacionista, Piaget aponta que a criança na fase pré-operatório, apresenta uma fala egocêntrica, no qual a sua fala é direcionada a si mesmo. De certo modo sua fala ocorre em voz alta e não tem a intenção de direcionar a alguém, é como se ela falasse sozinha, ele entende que a aprendizagem e aquisição da linguagem vêm de uma inteligência completa. Ou seja a criança precisa estar completamente desenvolvida para que ela consiga adquirir a linguagem, considerando também a interação do indivíduo com o meio.

Na concepção Vygotsky (1989) o desenvolvimento da linguagem, a criança que já simboliza, ela utiliza para representar a interação e entende que as funções mentais são socialmente formada e culturalmente transmitidas por meio da linguagem. Na ação mediadora do professor é que conduz a linguagem entre o objeto e o significado, já que a mediação se concretiza através do diálogo, fazendo com que a criança reflita sobre o símbolo e internalize para conseguir abstrair e descobrir novo sentido das palavras.

Nesse sentido Piaget em sua abordagem construtivista, não vê o conhecimento como inato, e sim é resultado das interações das pessoas com o meio em que vive. Para ele o conhecimento é algo que é construído desde o nascimento, na relação de conhecer o objeto que cerca o meio. Em alguns momentos o que se pensa sobre a aprendizagem da criança com necessidades educativas especiais, está relacionada aos fatores de dificuldades devido a deficiência que ela apresenta. Porém o desenvolvimento de uma criança com deficiência ocorrerá em tempos diferentes, pois cada indivíduo apresentará um ritmo em relação a outras crianças da mesma idade.

Pois elas apresentam processos evolutivos diferentes, de modo que o desenvolvimento não irá acontecer da mesma maneira para todas, além de apresentar características estruturais e genéticas distintas. Godói, Galasso e Miosso (2006) salientam que o desenvolvimento de uma criança que apresenta deficiência ocorre como da criança sem deficiência. A diferença está nas fases do desenvolvimento e no tempo cronológico, sendo que a criança com necessidade especial terá seu desenvolvimento mais tardio, devido ao seu tempo na execução de suas ações.

A perspectiva de Piaget esta baseada nos aspectos biológicos, de maturação para o desenvolvimento da aprendizagem. Já Vygotsky em sua abordagem sócio interacionista a relação da aprendizagem esta atrelada as interações sociais, ligada também aos aspectos de maturação da criança. Ou seja, não depende apenas dos aspectos biológicos, a construção do conhecimento só acontece se houver experiências, interações para que o indivíduo internalize o que esta ao redor. De acordo com Piaget a criança aprende e reconstrói seu pensamento, por meio da assimilação e acomodação, por isso desenvolveu as quatro etapas de desenvolvimento cognitivo da criança.

A primeira fase de desenvolvimento se chama sensório motor que vai do nascimento até aproximadamente aos 2 anos de idade. A segunda fase é o pré-operatório que vai desde os 2 anos até em torno do 7 anos de idade, quando a criança passa a desenvolver o egocentrismo, ela acredita que o mundo gira entorno dela, e que deve atender apenas o ponto de vista da criança, além de desenvolver a capacidade da função simbólica de imitar, imaginar. Na terceira etapa o operacional concreto, ocorre entre os 8 a 12 anos de idade, a partir dos 12 anos de idade inicia a ultima etapa, o operacional formal.

A partir dos aspectos da teoria, percebe que a construção do conhecimento se dá por etapas consecutivas e que todas as crianças perpassam por todas essas etapas. O que diferencia esta na condição biológica das crianças, que algumas irão desenvolver na idade certa e outras levaram mais tempo para progredir. A contribuição de Piaget oferece subsídios aos educadores, considerando a compreender que as crianças não devem ser vistas como um sujeito inacabado, mas que esta constante desenvolvimento.

Todas elas percorrem as mesmas fases de desenvolvimento mental e essas etapas se desenvolvem em uma ordem cronológica, respeitando o tempo de cada criança, que apresenta um ritmo diferente uma das outras. Com isso de acordo com Macedo e Pinto (2003) o papel dos professores é de organizar metodologias procurando desestabilizar e estimular atividades que sejam desafiadoras, desafiar a criança de acordo com o conhecimento delas e fazer uma contínua busca para fazer uma intervenção adequada.

A partir dos aspectos da teoria, percebe que a construção do conhecimento se dá por etapas consecutivas e que todas as crianças perpassam por todas essas etapas. O que diferencia esta na condição biológica das crianças, que algumas irão desenvolver na idade certa e outras levaram mais tempo para progredir. A contribuição de Piaget oferece subsídios aos educadores, considerando a compreender que as crianças não devem ser vistas como um sujeito inacabado, mas que esta constante desenvolvimento.

Com isso o papel dos professores é de organizar metodologias procurando desestabilizar e estimular atividades que sejam desafiadoras, desafiar a criança de acordo com o conhecimento delas e fazer uma contínua busca para fazer uma intervenção adequada. Principalmente com crianças que possue necessidades educacionais especiais, como afirma Piaget "que a inteligência se constrói mediante a troca entre o organismo e o meio, mecanismo pelo qual se dá a formação das estruturas cognitivas".

"O organismo com sua bagagem hereditária, em contato com o meio, perturbam-se, desequilibra-se e, para superar esse desequilíbrio e se adaptar, constrói novos esquemas" (BERSCH, MACHADO *et al*, 2007). De acordo com Piaget (1980) as crianças apresentam ritmos distintos de aprendizagem, algumas desenvolvem mais rápido do que as outras, mas todas passam pelo mesmo estágio de desenvolvimento. Principalmente com crianças que possue necessidades educacionais especiais, como afirma Piaget "que a inteligência se constrói mediante a troca entre o organismo e o meio, mecanismo pelo qual se dá a formação das estruturas cognitivas".

Na fase de escolarização, a criança está em constantes momentos de aprendizagem, segundo Vygotsky (1991) a aprendizagem é um processo que ocorre

incessantemente, pois para melhorar a aprendizagem o indivíduo precisa agir e interagir com o meio. A relação de ensino-aprendizagem muitas vezes não é linear, cabe ao professor desenvolver estratégias que motive o aprendizado e proporcione ao aluno os desafios. Segundo Mizukami (1986) o aluno precisa estar inserido em um contexto desafiador, em que a função do professor é de criar estratégias que devem provocar desiquilíbrios, estimular o raciocínio e propor desafios.

O conhecimento é algo que é construído, no processo de aprendizagem, a interação social e a mediação devem ser vistos como fatores essenciais para a construção da aprendizagem do aluno. Vygotsky (1991) aponta que a interação social por meio da mediação na sala de aula é responsável pelo processo de internalização sendo fundamental para a aprendizagem, alcançando melhores resultados para o potencial dos alunos. Na abordagem da teoria sociocultural de Vygotsky, a aprendizagem ocorre na relação entre pessoas, na troca e no compartilhamento do conhecimento, porém o professor tem papel principal de organizar o conhecimento e mediar os alunos nos diferentes saberes, para que tenha uma aprendizagem significativa.

Dessa maneira é importante perceber como a interação entre os indivíduos contribui para a formação dos alunos, ainda mais quando se trata de um espaço constituído por diferentes sujeitos. As características e as atitudes individuais estão ligadas a trocas com o coletivo e justamente nessa troca que internalizado o conhecimento. Diante dessa perspectiva o professor da sala de recurso atua como o mediador, auxiliando o aluno a progredir e não desistindo de intervir para que o aluno consiga vencer as dificuldades.

Por exemplo, uma criança com deficiência intelectual levará mais tempo para desenvolver competências que exige aprender a falar, a pensar, resolver problemas, elementos necessários para ter uma autonomia. A atenção é uma das habilidades imprescindível para a aprendizagem, já que a partir dela é possível selecionar informações, planejar e organizar informações e manter concentrado por certo tempo em algumas atividades. Se o aluno não possui essa habilidade certamente terá dificuldade em aprender, dessa maneira o professor deverá trabalhar atividades que estimule a atenção e que seja de interesse dele.

Com isso é preciso estar atento aos cuidados necessários para desenvolver uma atividade que não seja muito difícil e nem muito fácil para não perder a motivação. O educador então deve fazer uso de jogos que trabalhe essas habilidades da concentração e atenção para alunos que possuem deficiência intelectual. Sem dúvida o professor é responsável para o sucesso da aprendizagem dos alunos, a inclusão de alunos no ensino regular provoca em muitos educadores o medo de receber alunos com necessidades especiais.

A formação torna um elemento fundamental para o desenvolvimento do trabalho pedagógico, a ação do professor possibilitará intervenções específicas que contribuirão para o desenvolvimento do aluno. Por isso é essencial que se tenha um trabalho coletivo, o professor da educação especial deve orientar o professor do ensino regular de que modo trabalhar com o aluno deficiente. De modo que o ensino esteja articulado, estabeleçam objetivos comuns e desenvolvam metodologias que promovam a aprendizagem, além da participação da família, dos pais e de toda comunidade escolar para obter êxito na aprendizagem.

Desse modo, é importante que reconheça na criança com necessidades educativas especiais, como um sujeito ativo, capaz de aprender de acordo com seu próprio tempo, lhe oferecendo as mesmas oportunidades de aprender como qualquer outra criança dita “normal”. Nas perspectivas pedagógicas interacionistas, que têm Piaget e Vygotsky como teóricos de referência, baseiam-se na construção do conhecimento, onde alunos são sujeitos ativos e que por meio da interação, da interlocução, com o uso de diferentes linguagens e pela mediação simbólica chegam à aprendizagem. (BRAUN, VIANNA p.6)

É importante destacar que o professor precisa ter conhecimento sobre os estágios de desenvolvimento da criança, para que saiba intervir de maneira adequada, respeitando a fase que cada criança se encontra. Através da teoria ele terá uma visão ampla no desenvolvimento do trabalho, de que modo o aluno aprende, como ensinar, qual a melhor metodologia considerando a singularidade de cada criança. Também irá implicar no planejamento, procurando desenvolver práticas pedagógicas de acordo com a escolaridade, promover atividades que desafie e desequilibre o aluno a construir coisas novas por meio da mediação do professor.

Segundo Paula e Mendonça (2009) o professor precisa de conhecimento para melhor compreender sobre o desenvolvimento infantil, entendendo as características presentes de cada criança e as particularidades na aprendizagem. Sendo assim o professor que conhece o processo evolutivo da criança, irá intervir de acordo com etapa da criança e contribuindo para um bom desempenho de seu trabalho.

As condições do ambiente favorece a disposição da criança aprender, interfere nas relações entre os indivíduos e a capacidade de construir representações mentais. Essas características são essenciais para aprender, já que a interação, a troca coletiva é inseparável, por isso a construção do conhecimento ocorre primeiramente nas interações e depois no individual. Nesse processo Vygotsky (1996), propõe a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), sendo que o desenvolvimento real é o que a criança já consegue fazer sozinha, o desenvolvimento potencial do aluno é o que deseja alcançar com o auxilio de um mediador.

É na zona de desenvolvimento proximal que a aprendizagem irá acontecer, portanto o papel do professor é favorecer a aprendizagem para desenvolver as potencialidades do aluno. É nela que a criança passará a desenvolver as funções mentais, no qual desempenhará atividades que antes não conseguia fazer e todo esse ciclo estará em constante processo, sempre se deparando na zona de desenvolvimento real e perpassando o desenvolvimento proximal até chagar na de desenvolvimento potencial. É importante que a criança com esse comprometimento, seja vista como alguém que é capaz de aprender, ela precisa das mesmas oportunidades de qualquer outra criança.

Caracterizada como um sujeito pensante, a criança é capaz de compreender o que esta acontecendo em torno dela, através da brincadeira ela poderá associar à situações vivenciadas e assim ela aprende por meio dessas experiências e pela interação com o meio. Vygotsky aponta em seus estudos que uma criança que apresenta deficiência intelectual não se torna comprometida, ela desenvolverá como todas as crianças, porém elas se desenvolvem de um jeito diferente. Isso significa dizer que cada sujeito constrói o conhecimento de acordo com o que percebe e organiza as informações em sua estrutura mental, isto é, como se constrói o conhecimento que permitem adaptar ao meio em que esta inserida e como se

resolve os problemas desse meio. Cabe ao professor possibilitar ao sujeito as oportunidades necessárias para essa construção (GOMES; GHEDIN, p. 227, 2012.)

Em suma a inclusão dos alunos no ensino regular é um desafio a ser vencido, mesmo estando previsto em leis e documentos, ainda há muito que se avançar para que de fato esse direito torne uma pratica diária nas escolas. Portanto o objetivo principal desta pesquisa é analisar se a sala de recurso assegura ao aluno com deficiência a inclusão em situações de aprendizagem no ensino regular. Ou seja, verificar se há um diálogo entre a Sala de Recurso e a sala de ensino regular, a partir de suas práticas desenvolvidas pelos seus professores, como forma de assegurar a equidade e a inclusão dos alunos com necessidades especiais.

CAPÍTULO 3

O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

Neste capítulo discorro sobre os resultados e a discussão sobre a análise da Sala Recurso Multifuncional em assegurar o aluno nas atividades no ensino regular e em relação a aprendizagem. Tendo vista articulação do professor do ensino regular e da sala de recurso, em função de que a sala de recurso, possa auxiliar o aluno e eliminar todas as formas de impasses na aprendizagem, considerando as necessidades de cada aluno. A pesquisa de campo foi desenvolvida em uma escola Estadual localizada na cidade de Mariana/MG, que atende do 1º ao 5º ano do ensino fundamental I, no qual onde foi utilizada como técnicas de pesquisa a observação do cotidiano escolar da sala de recurso e no contraturno no qual os resultados foram registrados em um diário de campo.

Para esta pesquisa utilizou se a metodologia qualitativa com abordagem etnográfica, já que a pesquisa se deu por meio de observações direta a certo grupo e por certo período:

> A etnografia como abordagem de investigação científica traz algumas contribuições para o campo das pesquisas qualitativas, em particular para os estudos que se

> interessam pelas desigualdades sociais, processos de exclusão e situações sóciointeracionais, por alguns motivos entre eles estão: Primeiro, preocupa-se com uma análise holística ou dialética da cultura, isto é, a cultura não é vista como um mero reflexo de forças estruturais da sociedade, mas como um sistema de significados mediadores entre as estruturas sociais e as ações e interações humanas (MATTOS p. 50, 2011.)

O trabalho foi desenvolvido durante os meses de outubro e novembro, observei diversos aspectos sociais, comportamentais, cognitivos, que interferia no desenvolvimento da aprendizagem, analisando as atividades trabalhadas em sala de aula e como se dava o comportamento do aluno. Acompanhei uma criança de sete anos, do 1º ano do ensino fundamental I, além de observar as atividades desenvolvidas no seu contra turno na sala de recurso multifuncional, conheci o funcionamento, a estrutura no procedimento das atividades desenvolvidas e os materiais utilizados no AEE. A sala de recursos multifuncional da escola é referência no município e atende alunos de toda rede pública, possui equipamentos e materiais didáticos, para o ensino de alunos com deficiência auditiva, intelectual, visual e física.

Para a realização da pesquisa, selecionei um aluno para acompanhar e que será chamado de X, frequenta o ensino regular em uma escola pública e a sala de recurso multifuncional da mesma escola. O aluno X apresentou um laudo médico para escola, no qual foi diagnosticado com o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) mais o Transtorno Opositivo Desafiador (TOD), que foi recomendado ao aluno uma avaliação interdisciplinar, contando com ajuda de outros profissionais na área pedagógica exigindo uma atenção diferenciada e uma avaliação psicológica por meio de uma psicóloga, neurologista. Segundo a professora é uma criança que apresentou problemas desde o seu nascimento por ser prematuro e que precisou ficar internado por um tempo além de ser filho único.

Para reconhecer os sinais de comportamento de uma criança com TDAH em sala de aula, torna se um processo complexo, pois é na idade escolar que são identificados os primeiros sintomas a partir do comportamento apresentado pela criança. Segundo a Associação Brasileira de Transtorno de Déficit de Atenção (ABDA), o TDAH é um transtorno neurobiológico com caráter hereditário, existem inúmeros estudos a respeito sobre o TDAH. Alguns casos, o ambiente pode se tornar um fator e pode interferir, ele não é a causa

do transtorno, mas pode ser um fator que dificulta, pois um ambiente agitado, com barulhos, interferindo de tal maneira no comportamento da criança. De acordo com Teixeira (2011, p 167):

> São alterações químicas cerebrais provocadas por mudanças do código genético e que podem envolver diversas áreas do cérebro a principal é o córtex pré-frontal. A alteração do funcionamento dessa região provoca problemas no controle das funções executivas do cérebro, responsável pelo planejamento, organização e controle dos impulsos.

É necessário que professor reflita sobre sua prática pedagógica, já que a influência do ambiente interfere no comportamento, além das causas externas, que podem estar relacionada a práticas culturais em que a criança esta inserida, de como a criança é educada ou fatores psicológicos. É comum o indivíduo que possui o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, apresentar pelo menos mais de um transtorno associado, algumas pesquisas estimam que 70% das crianças apresentam comorbidade, ou seja, comorbidade é quando há influência no surgimento de outros sintomas de como o TDAH irá se manifestar, desse modo, a criança que possui esses transtornos, irá interferir no comportamento. Durante as observações percebi a todo instante que aluno X estava andando pela sala, em alguns momentos agia impulsivamente gritando e batendo sobre a mesa, abrindo e fechando a porta da sala sem ser solicitado, tinha dificuldade de se manter concentrado nas atividades e se dispersa facilmente com qualquer barulho.

Os estudos mostram que as alterações estão relacionadas à região cerebral, onde estão situados os neurotransmissores no córtex frontal, onde causam as dificuldades relacionadas ao comportamento no controle dos impulsos, da memória, na concentração, na autonomia, na aprendizagem, na organização. Comumente as crianças que apresentam o TDAH em comorbidade ao TOD, associam aos comportamentos de desobediência, desafia a ordens, a apresentarem irritabilidade e a discutir com adultos. O TOD é definido como um comportamento persistente que tende desafiar alguma autoridade como pais e professores. Segundo Cardoso (2009) o professor precisa rever a prática pedagógica desenvolvida, no qual

pode influenciar ao desenvolvimento de certos tipos de comportamentos, é preciso ter uma postura crítica e reflexiva, registrando e observado o comportamento do aluno.

É necessário que o professor organize seu registro, a partir das intervenções realizadas, de como o aluno desempenhou a atividade, observando seu comportamento e procurando trabalhar com a coordenação pedagógica, pois as informações obtidas pelo professor serão fundamentais, pois é na sala de aula que aparecerá as primeiras dificuldades, perceber como a criança interage com as outras crianças, contribuindo satisfatoriamente para uma avaliação precisa. Na observação percebi que a professora mantém um bom diálogo com a família e registra as dificuldades e o comportamento do aluno. Sendo assim, é notável como o papel do professor é imprescindível, pois ela precisa conhecer a realidade do aluno e qual contexto está inserido, para que possa desenvolver uma prática pedagógica adequada.

Isso exigirá muito estudo e reflexão por parte do professor acerca do processo de aprendizagem do aluno, também é preciso evitar que se denomine o aluno como indisciplinado ou que possua falta de limite. É preciso saber diferenciar quando o caso é de indisciplina e quando se trata de um comportamento relacionado ao TDAH. Para isso, o professor consiste em fazer sondagens, levantar hipóteses sobre aluno e intervir de maneira significativa, já que sua função está apenas relacionada a parte pedagógica e não ao diagnóstico. Vale enfatizar, que o trabalho pedagógico deve estar articulado, tanto com o da sala de recurso quanto o do ensino regular, para que juntos possam desenvolver estratégias que auxiliaram o aluno nas atividades.

Durante a observação entre a sala de recurso e a sala de aula regular, registrei diversos aspectos relacionados ao comportamento do aluno, as atividades desenvolvidas em cada âmbito, as relações cognitivas e sociais. Os transtornos na criança acarretam sérios problemas, desde a dificuldade escolar até a interação social com os colegas, dessa forma dividimos em subitens, os fatores observados que estão relacionados ao aluno e as práticas desenvolvidas pelos professores, como a: sociabilidade, memorização, o raciocínio, a autonomia, o brincar e o lúdico, os jogos e a matemática, letramento e literatura.

3.1 A Sociabilidade

A criança é um ser ativo que esta em constates momentos de aprendizagem, além de tudo é importante que a criança viva em um ambiente no qual ela possa se desenvolver bem. Por isso as interações sociais possuem um papel importante no desenvolvimento da criança, a partir delas é possível que os alunos descubram um novo mundo de conhecimento. Segundo Vygotsky (1991), o desenvolvimento da criança ocorre no decorrer dos anos, em que o indivíduo irá construindo a partir das interações vivenciadas, por isso é fundamental que ela tenha um bom convívio familiar, social na escola com os professores e colegas.

O TDAH apresenta alguns problemas, um deles é a alteração do comportamento que muitas vezes compromete a interação social da criança, pois por ser muita impulsiva, impaciente e agitada, suas atitudes acabam interferindo nas relações ao seu redor. Durante a pesquisa na sala de aula, observei a aula de educação física que iria ocorrer dentro da própria sala. A professora então explicou que seria o jogo da memória, posteriormente ela dividiu a turma em grupos e explicou as regras. Constantemente percebi os colegas reclamarem com a professora que o aluno X atrapalhava nos jogos, pois demonstrava impaciência, não sabendo aguardar a sua vez de jogar e não respeitava as regras.

É importante que as atividades sejam de interesse do aluno, uma vez que práticas descontextualizada, sem sentido ou que não faz o aluno se sentir desafiado acabam não atendendo os interesses e as necessidades do aluno. O processo de aprendizagem exige a interação social, ainda mais quando são atividades que sejam estimulantes, elas mostram mais interesse em querer participar, é o que Silva (2009, p. 22) aborda:

> Se por um lado o adulto e a criança TDA’s têm profunda dificuldade em se concentrar em determinado assunto ou enfrentar situações que sejam obrigatórias, por outro lado podem se apresentar hiperconcentrados em outros temas e atividades que lhes despertem interesse espontâneo ou paixão impulsiva.

Na sala de aula exige que as estratégias sejam diversificadas, que as ações cotidianas sejam eficazes no desenvolvimento do aluno que possui dificuldade de manter concentrado na aula. Segundo Sanches (2008) existem maneiras para adaptar o currículo,

criando estratégias como rotinas, estabelecer regras e deixar exposto na parede, isso conduz ao professor a desenvolver uma prática no cotidiano escolar. Em uma das atividades observadas a turma estava trabalhando em ciências sobre as partes do corpo humano: membros superiores, inferiores, tronco e cabeça, para isso a professora planejou uma atividade que iria desenhar o corpo de um aluno na folha de cartolina, para isso ela pediu ao aluno X que participasse, ele deitou abriu as pernas e os braços, a professora juntamente com a turma foi contornando o corpo dele no papel.

Foi uma atividade que agitou a turma, principalmente o aluno X que serviu de exemplo na atividade, ao ter seu próprio corpo como referencial tornando a atividade mais concreta para as crianças. Atividades como essa proporcionam a interação do aluno com outras as crianças, sempre que possível é relevante que a professora ofereça para o aluno e para turma tarefas diferenciadas, esses trabalhos em grupos despertam o interesse e motivam a participar. Proporcionar trabalhos envolvendo toda turma ou em grupos pequenos e atividades em duplas favorecem as oportunidades sociais do aluno, nessa troca de experiências as crianças interagem e estimulam a participação no processo de aprendizagem.

Piaget considera que a aprendizagem e o desenvolvimento são processos inseparáveis e que a aprendizagem depende do nível de desenvolvimento da criança, considerando o suporte para o desenvolvimento delas, prezando suas funções biológicas para avançar na aprendizagem, se está preparada ou não para aprender. Já em Vygotsky, considera que a aprendizagem vai ser o suporte para o desenvolvimento da criança, em que o desenvolvimento interno e a aquisição da linguagem acontecem simultaneamente quando há influência do meio externo. A teoria de Vygotsky enfatiza o papel que o meio social exerce no desenvolvimento cognitivo da criança. A criança é, por sua vez, vista como um ser capaz, cujo desenvolvimento ocorre por meio das relações sociais e da interação com seu meio (VYGOTSKY, 1993,p.58).

Na atividade 5[1] dada pela professora, na aula de geografia sobre os meios de transportes, em se tratando de ser uma atividade mecânica (pouco criativa), para escrever o nome de cada meio de transporte e circular os meios de transportes que é visto no caminho de casa. Assim dividiu a turma em dupla, para que um pudesse ajudar um ao outro, além de haver interação entre ambos, possui dificuldade para finalizar as atividades e quando realiza sozinho não concentra ou tenta fugir de atividades que determinam esforço mental. O professor precisa criar estratégias pedagógicas para que o aluno com TDAH tenha um suporte dentro de sala, com a ajuda do colega o aluno conseguiu terminar a atividade, mas muitas vezes o aluno não aceita ajuda, uma característica do distúrbio em não querer receber a ajuda de alguém, Teixeira (1999, p.26) diz sobre a importância da atividade compartilhada:

> É na discussão com os colegas que a criança exercita sua opinião, sua fala, seu silêncio, defendendo seu ponto de vista. A relação com o outro, portanto, permite um avanço maior na organização do pensamento do que se cada indivíduo estivesse só.

Do mesmo modo o ser humano é constituído por aspectos biológicos, pela bagagem cultural e experiências de cada ser devem ser considerado pelo professor em relação a aprendizagem e o desenvolvimento do aluno. Nesse sentido a aprendizagem e o desenvolvimento dependem de ações intencionais, em que o professor terá o papel importante de mediar o conhecimento. Vygotsky aponta como a colaboração do outro é importante na aprendizagem, é na mediação que se estabelece o processo de internalização e formação. As estratégias utilizadas pelos docentes de interação com os colegas, a mediação exercida por outra pessoa ou por outros elementos que compõe a mediação com objetos, a linguagem auxiliam no aprendizado e no desenvolvimento dos processos mentais da criança.

Assim o aluno X desempenha algumas atividades sozinho, ou seja, ele se encontra em um nível de desenvolvimento em que as funções mentais já estão consolidadas, a criança apresenta capacidade mental autônoma, que a zona de desenvolvimento real. Quando

1- Ver no anexo: Atividade 5

atividade [2]o aluno faz a atividade com ajuda de um colega, a criança que não tem a mesma idade mental seu aprendizado será diferente, é o nível de desenvolvimento potencial. Já a zona de desenvolvimento proximal é quando as funções mentais estão em processo de maturação, em que o aluno precisa ser desafiado nas atividades.

3.2 Memorização e Raciocínio

No atendimento especializado o professor deve considerar diversas áreas do conhecimento do aluno, o nível de desenvolvimento mental, a escolaridade que a criança se encontra, quais recurso deverão ser utilizados e quais as atividades devem ser trabalhadas. As atividades mais comuns na sala de recurso é o uso de jogos pedagógicos que trabalham o desenvolvimento que abrange a criatividade, a ludicidade sem forçar a aprendizagem de modo que leve o aluno pensar. Já no ensino regular percebi diversas atividades mecanizadas, na 1 a professora utilizou o recursos de áudio para os alunos ouvirem a história de João e Maria. Após ouvir a história duas vezes, ele a entregou uma atividade de interpretação da história.

A atividade pedia para “pintar” a resposta correta, em que apresentava três opções de escolha: a primeira pergunta indagava onde João e Maria ficaram perdidos, a segunda questionava do que era feita a casinha e a terceira quem morava na casinha que eles encontraram. Percebe se um fragmento de ordem cronológica da história, que necessitava de maior atenção dos alunos em ouvir a história, mesmo tendo conhecimentos prévios sobre a história. Além do mais o aluno X se mostrou calmo em ouvir a história, a professora deixa o aluno fazer sozinha a atividade, porém ele demora para fazer e alguns momentos ela intervém ou pede que um aluno ajude a fazer.

Para finalizar a atividade, havia destinado uma atividade de criatividade, que estimulava o aluno a fazer sua própria criação, no qual punha a criança participante da história, que se estivesse perdido que tipo de casinha o aluno gostaria de encontrar. O desenho é uma das maneiras que a criança encontra de representar o pensamento, da forma como ela

vê o mundo, no entanto a professora interferiu algumas vezes como ela imaginava a casa dela, o aluno X representou a mesma casa que havia na história que era a casa de doces.

Na sala de aula o aluno com TDAH compromete a atenção, a concentração, apresenta dificuldade em absorver as informações, possui menor capacidade de organização e de noção de tempo, diminui a concentração em atividades monótonas e repetitivas e que não é atrativa para o aluno. A professora do ensino regular utiliza do reforço com o aluno, pois percebeu dificuldades relacionada a coordenação motora fina o que causa a lentidão nas atividades e apresenta escrita tremula. Ela utiliza as atividades de modelar massinha, fazer contornos sobre pontilhados e faz uso de atividades de memorização, como solicitou ao aluno que fizesse a sequência numérica até o número 70, porém até certo numero ia seguindo corretamente, mas no meio não conseguiu continuar, pois teve dificuldade em memorizar a sequencia.

A metodologia utilizada pela docente está baseada em uma perspectiva tradicional no qual apresenta tarefas de fixação de conteúdos, visando apenas a transmissão de conhecimento. Reforçando o alfabeto com a turma a professora aplicou a atividade[3] 2, que continha uma quadrinha da letra C, após os alunos deveriam circular na quadrinha as palavras iniciadas com a letra C. Na segunda questão sobre interpretação da quadrinha, em que perguntava com “quem a letra C corria feliz”, na terceira questão o aluno precisava completar a frase de acordo com a quadrinha. Na última questão a atividade abordava a família silábica e que deveria completar as palavras com as sílabas correspondentes: CA, CE, CI, CO, CU, CÂO.

O ensino tradicional ainda prevalece nas escolas, esse modelo de ensino na maioria das vezes deveria ser banido, pois essa metodologia rompe com todas as perspectivas inclusivas, já que essa prática se dá baseado na repetição e aplicação de exercícios. As dificuldades iniciam quando há tendência de considerar todos iguais, todos aprendem no mesmo tempo, por isso a escola precisaria passar por uma adaptação de currículo, mudar a

[3] Ver no anexo: Atividade 2

maneira de avaliar, englobando as estratégias de ensino a favorecer a aprendizagem dos alunos. Ao não abranger as diferenças existentes em sala de aula acaba corroborando para a exclusão dos alunos no ensino regular, já que as atividades desenvolvidas na sala não são adaptadas ao aluno.

Para que ocorra uma aprendizagem significativa e preciso explorar o aluno, e o professor deve ter a esperança que o aluno irá progredir e para isso ele deve potencializar e criar estratégias para romper com as dificuldades do aluno. Atender as dificuldades sem diferenciar o ensino para apenas um, todos devem ter um ensino no qual comtemple a todos. A atividade desenvolvida na sala de recurso possibilitou ao aluno a analisar, a raciocinar, de modo que a professora interviu, questionou diversas vezes.

A proposta da atividade era trabalhar as letras do alfabeto com tampinhas, ela iniciou a atividade perguntando o aluno o que ele via no papel, se ele via desenho, números. O aluno reconheceu e disse que se tratava de letras, assim ela iniciou pedindo que colocasse a tampinha na letra G, posteriormente o aluno punha no papel, a diante ela alterou os comando como: “coloque a tampinha azul na letra V de Valéria”. Uma atividade que o aluno precisava fazer associação com a letra do nome de alguém, com as cores e a espessura da tampinha se era grande ou pequena. Ao final da atividade o aluno preencheu as letras com as tampinhas, e solicitou ao aluno que fizesse a contagem das tampinhas.

3.3 A Autonomia

A autonomia é um processo no qual desde cedo a criança está em busca dela, tudo depende da organização do ambiente de acordo com as fases de desenvolvimento intelectual da criança, que torna facilitador para a aprendizagem e a autonomia. O fator ambiente deve ser adequado e de fácil acesso, para que atraia a atenção, propicie à criança a liberdade de escolha de seu interesse. Ensinar a criança ser autônoma desde pequena, a partir de atividades da vida cotidiana, como escovar dentes, lavar as mãos, organizar os brinquedos.

Montessori em seu método tem como o foco o interesse da criança, em que se exige adaptação e condições para a criança estar manuseando, tocando no que lhe deseja. A concepção de Montessori esta na busca de deixar a criança a experimentar, a errar, a ser livre, mas sem deixar completamente livre, ter um mediador que é responsável por guiar as descobertas da criança. O método é proposto na individualidade, cada criança apresenta seu tempo e suas necessidades próprias, é preciso deixar a criança ser participante, para que ela se sinta autônoma é importante estimula-las e não cobrar a responsabilidade dela.

Na observação ficou nítido o quanto o aluno não apresenta autonomia bem desenvolvida, em atividades simples como ir ao banheiro, por exemplo, a professora destina um aluno para acompanhá-lo. Para manusear a tesoura ele também não utiliza sozinho, segundo a professora achou melhor retirar o uso da tesoura pelo fato do aluno ser agitado e o receio dele machucar algum colega. Sendo assim, a professora como de costume com toda a turma, corta ela mesma as folhas e cola no caderno, isso faz com ela perca muito tempo realizando uma atividade que poderia estar sendo realizado pelos próprios alunos e além de desenvolver a coordenação motora dos alunos.

Na abordagem sociointeracionista a interação é um fator importante para a construção do conhecimento, uma aula onde aluno possa ter voz e o professor como o mediador, torna um processo equilibrado no qual o aluno vai construindo sua autonomia. Pois a função do professor é de facilitar a aprendizagem dos alunos e promover a autonomia deles, em uma sala de aula que apresenta uma abordagem tradicional do professor não abrirá com espaço para o desenvolvimento cognitivo do aluno. Em uma das aulas percebi que a professora do ensino regular procura mediar os alunos a resolverem situações cotidianas da sala, como exemplos quando faltou uma mesa para o colega na fileira, como as crianças iriam resolver a situação. A professora ouviu as crianças para ver como eles resolveriam tal situação e assim apenas mediou questionando se a proposta resolveria e juntos resolveram a situação da carteira que faltava.

3.4 O Lúdico/ Brincar e Jogos

As atividades que estão relacionadas a brincadeira, auxilia a criança no desenvolvimento, é por meio das atividades lúdicas que a criança passa a desenvolver o social, o intelectual e constrói propriamente seu conhecimento. No contexto escolar as atividades lúdicas como jogos, brincadeiras são comumente trabalhadas na aula de educação física. As crianças ao sair da fase de escolarização infantil, muitas das brincadeiras se perdem e assim ao entrarem para o ensino fundamental I, as brincadeiras dão espaço a atividades mecanizadas em que o professor deverá cumprir os conteúdos.

Atualmente percebe se que os alunos apresentam dificuldade com relação a coordenação motora, a lateralidade, o equilíbrio que não vem sendo trabalhado nas escolas no período da educação infantil. E na disciplina de educação física que as crianças irão aprender, destinando ao professor trabalhar os jogos, as brincadeiras, a fim de desenvolver o espírito competitivo, a cooperação, a personalidade, as regras, a autonomia, visando desenvolver as habilidades do aluno.

Na sala de aula percebi que pouco se trabalhava atividades lúdicas relacionadas a brincadeiras e jogos, principalmente quando a fala da professora é pertinente em que ela assume que “gostaria de desenvolver atividades mais lúdicas, porém o cronograma da escola impedia de trabalhar com recursos didáticos como os jogos”. E somente na aula de educação física que as brincadeiras e jogos aparecem, em uma das aulas a professora trabalhou o jogo da memória em grupos, explicando as regras e elegendo um representante de cada grupo para ajudar a olhar quem descumprisse as regras.

Nesse sentido as brincadeiras e os jogos possibilitam interação entre os pares, além de possibilitar a divisão de tarefas que cada um poderá exercer na atividade. É por meio dos jogos que as crianças se desenvolvem, trabalhando regras, concentração, memorização. O aluno, no entanto precisou aprender a esperar sua vez, reagiu de maneira impulsiva ao cumprimento das normas, teve que lidar com a frustação de não conseguir nenhuma peça. Nas aulas seguintes de educação a física, a professora iniciou com a ginástica no solo, fazendo diversos movimentos com o corpo, possibilitando a criança conhecer os limites de ser próprio

corpo além de desenvolver o equilíbrio, a coordenação motora, a força, a flexibilidade entre outros.

A sala de recurso por ser destinado um espaço onde há materiais didáticos e pedagógicos, equipamentos necessários, as atividades desenvolvidas no AEE apresentam um caráter mais lúdico, voltado para os jogos o que facilita na compreensão dos conteúdos visto em sala de aula. Para Piaget (1998, p.47), o lúdico age nas atividades intelectuais da criança, o que se torna indispensável para a prática de um contexto educativo. A professora procura estimular o aluno, diversificando e promovendo atividades de seu interesse, na medida em que ela percebe que o aluno está distraído e não demonstra interesse, ela muda de atividade para que seja significativa.

> As atividades lúdicas, além de facilitarem a aprendizagem, favorecem a socialização e a cooperação entre os alunos. A escola deve promover as atividades lúdicas para fomentar a aprendizagem, propondo atividades desafiadoras que possibilitem a construção de conhecimentos, dando oportunidades ao aluno com TDAH de ser mais criativo, participativo e ativo, levando-o a adquirir atitudes de respeito mútuo, dignidade e solidariedade (CUNHA, 2012, p.57).

As atividades mais utilizadas na sala de recurso estão o uso dos jogos pedagógicos, fazendo uso das ludicidade, de modo que o atendimento aconteça de forma gradativa, respeitando o tempo próprio de cada criança, já que as crianças com deficiência intelectual possui dificuldade de absorver muitas informações. Sendo assim a professora utilizou o tangran que é um quebra cabeça, com a finalidade de trabalhar as habilidades de atenção, noção espacial, o tamanho das peças e as cores. Inicialmente ela o deixou o aluno fazer sozinho, de modo que ele fosse encaixando as peças da maneira dele, assim ele percebeu que havia peças sobrando, pois ele não ah encaixou direito.

Sendo assim a professora interviu, ela retirou todas as peças e iniciou novamente conduzindo o aluno a colocar as peças no devido lugar. O tangran é eficaz para o desenvolvimento do raciocínio logico das crianças, leva o aluno a pensar, diferente do que é proposto no ensino regular. No jogo a criança encontra as regras e há o desafio de cumprir elas, principalmente o aluno que possui TDAH, pois possue a dificuldade de cumprir e assim precisa aprender a respeitar as regras.

Outro jogo utilizado no atendimento foi o quebra cabeça de animais, o aluno ao manusear já ia dizendo o nome dos animais, a professora mediava fazendo perguntas relacionadas aos animais representados na imagem. A mediação exercida provoca avanços na aprendizagem do aluno, de modo que o aluno consiga fazer associações dos animais. Além do mais ela provocava o aluno a falar, desenvolvendo sua oralidade e fazendo uso dos conhecimentos prévios do aluno.

Existem diversos jogos que envolvem a concentração dos alunos, o quebra-cabeça é um recurso muito utilizado para promover a cognição, estimulando o raciocínio e a fragmentação das partes que fazem com que o aluno tenha atenção na atividade. O jogo apresenta diferentes níveis de dificuldade se for muito fácil, não desafiará o aluno, mas se for difícil consequentemente ele desistirá, o jogo pode ser utilizado como estratégias de ensino dos professores, já que a criança passa vivenciar por meio dos jogos situações reais que desencadeará ao aluno resolver situações de conflitos. Também o uso de jogos digitais foi uma ferramenta utilizada pela professora, facilitando e enriquecendo o processo de aprendizagem, estimulando o raciocínio, a criatividade.

As atividades educativas realizada no computador, provocam nas crianças maior interesse, pelo fato de despertar na criança a curiosidade e o desejo de aprender. Desse modo a professora da sala de recurso, fez o uso de um jogo educativo em que o aluno precisava capturar a sequencia das letras do alfabeto, com o uso de um carrinho. Nesse sentido ela utilizou esse jogo, por ser de interesse do aluno, pois o jogo apresenta um carrinho, fazendo com ele concentrasse no jogo e conseguisse capturar a sequência do alfabeto.

Diversos recursos foram utilizados pela professora do contraturno do aluno, o professor como mediador deve promover a aprendizagem da criança de forma significativa, considerando a zona de desenvolvimento proximal, pois a criança aprende e desenvolve quando ela esta na ZDP**,** atuando diretamente nas funções que ainda criança esta preste a desenvolver. As atividades lúdicas têm como objetivo produzir nas crianças diversão, propiciando o desenvolvimento das crianças e favorecendo o seu aprendizado. Um recurso de interesse e que chamou a atenção do aluno foi a colmeia alfabética que despertou no aluno a

curiosidade, por esse motivo a professora resolveu trabalhar. O recurso utilizado é dividido por casinhas com as letras do alfabeto, dentro das colmeias possue brinquedos, e assim a professora pediu ao aluno que organizasse, o aluno tinha a possibilidade manusear os brinquedos. A professora trabalhou a letra inicial dos objetos existentes dentro da colmeia, foi uma atividade prazerosa em que ao mesmo tempo ele brincava e aprendia, o aluno conseguia associar o fonema e grafema.

3.5 Letramento Matemático

A matemática se faz presente em diversas atividades do cotidiano, e a criança desde pequena esta inserida em contexto letrado, a matemática é uma matéria abstrata para as crianças e por isso ela dispõe vários recursos que podem ser utilizado para trabalhar com elas. O uso de recursos concretos, no qual a criança possa manipular, torna o ensino mais compreensível. As aulas de matemática tornam eficientes se houver o uso de matérias selecionado pelo professor, procurando planejar aulas mais dinâmicas, e interativas de modo que com o aluno com TDAH compreenda e consiga concentrar um tempo maior nas aulas.

Mas apenas na sala de recurso, que utilizaram materiais como o tangran que é um recurso utilizado para trabalhar a concentração, o uso do dado que foi trabalhar com o aluno, números e quantidades. A professora desenvolveu uma atividade em que o aluno jogava o dado, a quantidade que saia ele contava quantas bolinhas havia no dado. Para relacionar ele deveria utilizar as tampinhas e depois relacionar com o numeral. E assim sucessivamente ele jogou o dado e foi representando com as tampinhas e com o numeral. No final a professora interviu perguntando se no dado havia representando o numero 1, 2 e 3, o aluno procurou e não achou a representação, em seguida pediu ao aluno para colocar em sequencia dos números.

3.6 Alfabetização e Letramento

A alfabetização é processo gradativo que irá acontecer no tempo de cada criança, alguns aprendem a ler cedo outros tardiamente, mas todas elas têm o potencial para desenvolver as habilidades necessárias para leitura e escrita. Alfabetizar pressupõe o

desenvolvimento de competências que o aluno precisa desenvolver para escrever, ler um texto, organizar as ideias de um texto, uma articulação entre a leitura e a escrita. Para trabalhar com uma criança que possue TDAH é importante que o professor crie estratégias diversificadas, além de fazer uso de recursos visuais para a exploração da criança, de forma que estimule a criatividade, a imaginação, pois elas necessitam de estímulos.

A aprendizagem é um processo que acompanha ao longo da vida, a alfabetização é um processo construtivo no qual a criança passa a ver o mundo, ligado ao letramento, no qual ela irá aprender as letras do alfabeto, a ler texto, conhecer o som e representar na grafia. Segundo Ferreiro, Teberosky (1999) a criança aprende naturalmente, ao meio em que esta inserida por meio dos estímulos presentes. Além de tudo o ambiente alfabetizador faz com que as crianças tenham situações reais vivenciada por ela de escrita e leitura, por isso é importante que a criança tenha uma aprendizagem significativa, não basta apenas decodificar sem saber qual a real função da escrita e leitura.

No ensino regular a professora tem reforçado o alfabeto com as crianças, já que o ano letivo está chegando ao fim. As atividades, porém são mecanizadas e de fixação, sendo assim não estimulam o aluno a fazer, a atividade 2 é um exemplo em que a docente trabalha uma letra do alfabeto e após ela entrega a atividade relacionada a letra que foi trabalhada. Também é rotineira a atividade do ditado podendo ser de letras ou de números no qual a criança desenvolve a escrita espontânea, o aluno X encontra se em nível silábico. Ferreiro (2001) considera que esses processos de construção da criança demostra o nível de aquisição da língua que a criança possivelmente esta, de como ela compreende, em todas as hipóteses ela vai refletindo sobre a língua e a escrita.

A professora também desenvolve um projeto do Sr. Alfabeto, no qual ela trabalha as letras do alfabeto e cada três dias um aluno leva para casa o Sr. Alfabeto. Na atividade a criança faz o registro no caderno e oferece ao Sr. Alfabeto um presente com a letra inicial trabalhada pelos alunos. Isso faz com que as crianças façam associação a letra trabalhada e de maneira lúdica registra por meio de desenho. A professora da sala de recurso questiona que o aluno compreende a sequencia do alfabeto, porém quando é lançado o desafio é lançado de

modo aleatório, ele apresenta dificuldade, portanto a professora disse que o alfabeto tem se tornado uma ação mecanizada.

Segundo relatos da docente da sala de recurso, ela também tem desconstruído do aluno, em que ele relaciona a primeira letra de apenas uma palavra, como exemplo: B de bola ou C de casa, o aluno memoriza e considera apenas essas palavras. É imprescindível dizer que a criança com TDAH terá um processo na aquisição da leitura e escrita mais lenta, pelo fato de ter comprometido o sistema neurológico, no qual acarretará dificuldades em memorizar.

3.7 Literatura

O processo de aquisição da leitura e da escrita exige dos alunos a concentração, a atenção, a memória, a organização, as crianças com TDAH apresentam dificuldade nessa área pelo fato de ter essa defasagem nas funções cerebrais, no qual interferem as ações e o comportamento das crianças. As atividades desenvolvidas pela professora na sala de aula foram criativas, pois ela possue um projeto que é desenvolvido juntamente com outra professora, de leitura, no qual se chama “Leitura em Família”. No fim da semana ela entrega um livro para cada criança, eles levam para casa juntamente com um caderno que foi confeccionado por eles mesmo.

É uma atividade diferenciada que incentiva aos pais, que separam um tempo para ler juntamente com os filhos, a professora escolhe os livros e os alunos ficam com ele durante uma semana. O contato desde cedo com a leitura é benéfico a criança, desenvolve a criatividade, a imaginação e cria hábitos de leitura que serão fundamentais para a vida. O aluno X como ainda não lê, ela entregou lhe um livro com narrativas visuais, em que o aluno possa desenvolver a imaginação, a oralidade, a escrita, permitindo ao aluno de criar a própria historia.

A escola também desenvolve atividades como a feira literária, durante o mês de outubro e novembro, a escola selecionou um livro para trabalhar, que se chama “Poesia da Bisa”, que são poemas próprios para as crianças, de uma autora da cidade de Mariana. A partir desse livro cada professora escolheu um poema que trabalhado dentro de sala e que cada turma ficou responsável declamado pela turma nas apresentações da feira literária da

escola. Em suma a professora procura diversificar as atividades, algumas são mecanizadas e outras já estimulam as crianças na leitura. O papel do professor é de mediar, ao buscar novas práticas de leitura, como trazendo a família para o ambiente escolar e condicionando a formação de futuros leitores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessa pesquisa foi possível analisar como a sala de recurso tem contribuído a aprendizagem da criança com necessidades especiais. Tendo como objetivo principal investigar se a Sala de Recurso dialoga com o ensino regular, visando às práticas desenvolvidas para assegurar a equidade e a inclusão dos alunos com necessidades especiais. Visto que o debate sobre a inclusão tem sido intenso nos últimos anos, a fim de que realmente a inclusão aconteça, para romper com os paradigmas no meio educacional, em uma perspectiva de uma educação voltada para todos.

Além de tudo, a pesquisa contribuiu para minha formação inicial, instigando a investigar mais a fundo as relações sociais e comportamentais da criança com necessidades especiais. Enfatizando também a importância da formação do docente mediante a diversidade existente na sala de aula, para que tenham uma formação continuada, preparando e orientando aos desafios do cotidiano escolar. Por meio da pesquisa de campo foi possível acompanhar a realidade de uma sala de aula e os desafios dos professores e considerando os laços afetivos que promoveram a pesquisa.

Tendo em vista que a inclusão é um direito assegurado na Constituição de 1888 e o Brasil promulga a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU/2006), por meio do Decreto nº 6949/2009, assumindo o compromisso de assegurar o acesso das pessoas com deficiência a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e de adotar medidas que garantam as condições para sua efetiva participação, de forma que não sejam excluídas do sistema educacional geral em razão da deficiência. (MEC, 2010)

As legislações relativa à Educação Especial vem assegurar as crianças com necessidades especiais, a fim de promover um sistema educacional inclusivo baseada nas declarações, na Constituição de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente e em decretos que regulamenta a modalidade da Educação Especial como o meio de acessibilidade a escola. Em suma é necessário que a escola passe por todas as adaptações no âmbito escolar a fim de que a criança possa permanecer e conviver com os demais. Em uma escola inclusiva os alunos tem a possibilidade de crescimento pessoal de todos no convívio com as diferenças, na construção do respeito, além de garantir a inclusão na escola pública conscientizando desde a educação infantil a conviver com todos.

No ano de 2003 o programa sala de recurso foi implantado nas escolas públicas com o proposito de organizar o atendimento especializado aos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no ensino regular que tem como finalidade promover o acesso e a aprendizagem dos alunos da educação Especial, vindo a consolidar um processo inclusivo nas escolas. A partir das observações percebi que na sala de recurso o professor organiza estratégias pedagógicas, planeja o cronograma de atividades do aluno. Além do mais as professora mantém a formação continuada, fazendo diversos cursos para agregar a formação, a família do aluno também é participativa, mantém um dialogo constantemente com as professoras e com escola.

Em relação a professora do ensino regular percebi um certo distanciamento, pois as atividades trabalhada dentro de sala não passava por adaptações, todas as atividades eram mecanizadas, o aluno mostrava resistente nas atividades e algumas delas não eram realizadas. Já no contraturno o aluno mostrava mais interessado, eram atividades lúdicas, com jogos, onde aluno tinha mais autonomia e também mostrava se interessado. As professoras trabalhavam apenas na construção do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), no qual a professora do ensino regular relatou que a construção do documento seria elaborado por ela mais a professora da sala de recurso mais a coordenação pedagógica.

Levando em consideração a esses aspectos, a função da sala de recurso é de complementar o ensino da sala de aula, não podendo ser confundida como um reforço ou

repetição de conteúdo escolar. Ao longo das observações percebi que a sala de recurso cumpre devidamente sua função que é de complementar o ensino e que o aluno já consegue fazer assimilações entre as atividades desenvolvidas na sala de recurso. Pode se dizer que a sala de recurso auxilia ao desenvolvimento do aluno e que a função da professora contribui para que o aluno desenvolva habilidades, pois ela provoca desafios internos e percebe avanços significativos de acordo com o tempo do aluno.

As atividades desenvolvidas na sala de recurso auxiliam no desenvolvimento do aluno, porém na sala de aula a professora não deixa o aluno ser autônomo. Durante as observações ficou perceptível que a professora utiliza algumas estratégias, mas a maioria delas não provoca no aluno desafios, ela faz uso de alguns recursos, mas que não são eficazes. Com relação ao desenvolvimento da autonomia, a professora impede que ele faça algumas atividades que poderia esta fazendo sozinho, também procura fazer atividades em duplas para ajudar o aluno e faz uso e atividades mecanizadas no qual não motiva o aluno a fazer.

Portanto pode-se concluir que a professora da sala de aula não compreende sobre as atividades desenvolvidas na sala de recurso, pois há um desiquilíbrio nas atividades. Além de tudo falta um tempo destinado para haver uma conversa com a professora da SRM, no qual possam compartilhar e trocar as experiências entre elas. Entende se que a falta de diálogo entre as professoras esteja relacionado a diversos fatores como a formação continuada da professora da sala de aula, a sobrecarga de tarefas a ser desenvolvida pela escola, isso implica na mudança da postura da professora em rever a prática no sentido de alcançar a todos os alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

ABDA. **O que é TDH?** disponível em: < http://www.tdah.org.br/br/textos/abda.html > Acesso em 15/11/2018.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm > Acesso em: 15/11/2018.

_____.**Salas de recurso multifuncionais**: espaço para o atendimento educacional especializado. Ministério da Educação. Brasília: MEC, 2010. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&

alias=9936-manual-orientacao-programa-implantacao-salas-recursos-multifuncionais&Itemid=30192 > acesso em 15/11/2018

_____ **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial Brasília: MEC/SEESP, 2001. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf > acesso em 15/11/2018

_____ **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. > Acesso em: 22 out. 2018.

_____**Resolução Nº 4: Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica**, modalidade Educação Especial. Ministério da Educação. Brasília, 2009.

_____**Educação inclusiva direito e diversidade documento orientador**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/orientador1.pdf. Acesso em: 19/10/2018.

_____ **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: www.mec.gov.br. Acesso em 20 set.2018.

_____ **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2001

BRAUN, P.; VIANNA, M. M. Atendimento Educacional Especializado, Sala de Recursos Multifuncional e Plano de Ensino Individualizado: desdobramentos de um fazer pedagógico. **Educação especial e inclusão escolar**. RJ: Ed. UFFRJ, 2011.

BERSCH, R.; MACHADO, R. Atendimento Educacional Especializado Para atendimento Educacional Especializado Para a Deficiência Física. In: SCHIRMER, Carolina R. et al. **Atendimento Educacional Especializado - Deficiência Física**. Brasília/DF: MEC/SEESP, 2007. 129p. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_df.pdf > Acesso em: 13 out.2018

CARVALHO, R. E. **A nova LDB e Educação Especial**. 2ªed. Rio de Janeiro: WVA, 2000.

CUNHA, A. C. T. **Importância das atividades lúdicas na criança com Hiperatividade e Défice de Atenção segundo a perspectiva dos professores**. 105 f. Dissertação (Mestrado em

Ciências da Educação na Especialidade de Domínio Cognitivo-motor) – Escola Superior de Educação João de Deus, Lisboa, 2012. Disponível em: < https://pt.scribd.com/document/288643873/TeseAnaCunha> acesso em : 3 nov.de 2018.

EDUCERE XII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, V., 2015, Paraná. **HISTÓRIA DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**... [S.l.: s.n.], 2015. 12 p. v. 1. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21164_8380.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2018.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da Língua Escrita**. Trad. Diana Myrian Lichtenstein et all. Ed. Artmed, Porto Alegre, 1999. Reimpressão 2008.

FERREIRO, E. **Cultura escrita e educação**: conversas de Emilia Ferreiro com José Antonio Castorina, Daniel Goldin e Rosa María Torres. Tradução de Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2001.

GODÓI, A. M.; GALASSO, R.; MIOSSO, S. M. P. **Saberes e Práticas da inclusão**: Dificuldades de comunicações sinalização, Deficiência Física. 4 ed. Brasília. 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/deficienciafisica.pdf> Acesso em: 30 out. 2018.

GOMES, R. C. S.; GHEDIN, E. **Teorias Psicopedagógicos do Ensino Aprendizagem**. O desenvolvimento cognitivo na visão de Jean Piaget. Boa Vista: UERR Editora, 2012, p. 215-232. Disponível em: Acesso em: 4 de out. 2018.

LIMA, P. A. **Educação Inclusiva e Igualdade Social**: Educação Inclusiva e Igualdade Social. 2006. ed. São Paulo: AVERCAMP, 2006. 100 p. v. 1.

MATTOS, C. L. G. A abordagem etnográfica na investigação científica. In MATTOS, C. L. G.; CASTRO, P. A., (orgs.) **Etnografia e educação**: conceitos e usos [online]. Campinas Grande: EDUEPB, 2011. pp. 49-83. ISBN 978-85-7879-190-2.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

_____Caminhos pedagógicos da Educação Inclusiva. IN: GAIO, R.; MENEGHETTI, R. G. K. (organizadoras.). **Caminhos Pedagógicos da Educação Especial.** p.79-94. 3ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil**: história e políticas públicas. 5ª Ed. São Paulo. Cortez, 2005

MENEZES, E. T.; SANTOS, T. H. Verbete Declaração de Salamanca. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrasil**. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <http://www.educabrasil.com.br/declaracao-de-salamanca/>. Acesso em: 09 de out. 2018

MENICUCCI, M. C. Educação Inclusiva: possibilidades e desafios atuais. In: **Educação Especial Inclusiva**: Ênfase em Ciências Humanas. Livro texto. 1 Puc Minas Virtual, belo Horizonte Cefor: Centro de Formação de Professores Puc Minas, 2005.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, 2006. Disponível em: Acesso em: 10 nov. 2018.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência**. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/convencaopessoascomdeficiencia.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2018.

_____ **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 20 out. 2018.

MIRANDA, S. G. **INCLUSÃO X EXCLUSÃO**: Determinantes histórico-sociais; tendênciasinternacionais da inclusão e seus impactos nas políticas públicas de educação no Brasil, 2002.

MIZUKAMI, M. G. N. **Ensino**: abordagens do processo. São Paulo: EPU. 1986.

MOSCARDINI, S. F. **Escolarização de alunos com deficiência intelectual em classes comuns e em salas de recursos multifuncionais**. 2011. 194f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Araraquara, 2011.

PAULA, E. M. A. T.; MENDONÇA, WOLFF, F. **Psicologia do Desenvolvimento**. 3ª Ed. – Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

PESSOTTI, Isaías. **Deficiência Mental**: da superstição à ciência. São Paulo: T. A. Queiroz/EDUSP, 1984.

PIAGET, J. **A Linguagem e o pensamento da criança**. 212p. Trad. Manuel Campos. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

BRASIL. **LEI nº 13.005 de 25 de junho de 2014** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 15 set. 2018.

Brasil. **[Constituição (1988)]**. Constituição da República Federativa do Brasil [recurso eletrônico]. -- Brasília : Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2018.

SANTOS, Ivone Aparecida. **DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO**: uma prática a ser construída na Educação Básica. 2008. 40 p. Produção Didático-Pedagógica – Caderno Temático (Programa de Desenvolvimento Educacional do Estado do Paraná – PDE) UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ-CAMPUS DE CORNÉLIO PROCÓPIO, 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2346-6.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2018.

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIENCIA. Um plano para todo o brasil. Disponível em: < http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/viversemlimite>. Acesso em: 15 out. 2018.

TEIXEIRA, C. F. **Compreensão, criação e resolução de problemas de estrutura multiplicativa**: uma seqüência didática com problemas "abertos". Monografia. Recife: UFPE / Curso de especialização em ensino de pré a 4ª série.1999.

UNESCO. **Declaração de salamanca sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especial**. Disponível em: < http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf>. Acesso em: 30 out. 2018.

_____ **Desatentos e hiperativos**. Rio de janeiro:Best Seller,2011.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____ **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: 3. Martins Fontes,1993.

_____ Interação entre aprendizado e desenvolvimento. In: Cole, M.; Scribner, S. e Souberman, E.(org). **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes.1998.

_____ **A formação social da mente e o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 6a ed., São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____**Pensamento e Linguagem**. (trad. Jéferson L. Camargo) São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ANEXOS

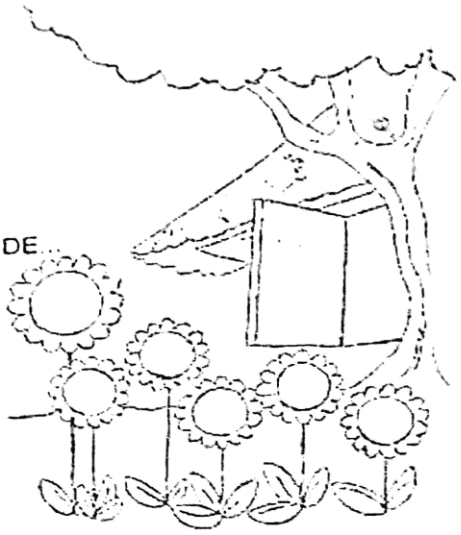
1

JOÃO E MARIA MORAVAM NUMA CABANA COM O PAI, UM POBRE LENHADOR, E A MADRASTA. JÁ A VÁRIAS SEMANAS ELES NÃO TINHAM O QUE COMER. ENTÃO O PAI E A MADRASTA RESOLVERAM LEVÁ-LOS ATÉ A FLORESTA E LÁ ABANDONÁ-LOS.

*PINTE A RESPOSTA CORRETA.

-JOÃO E MARIA FICARAM PERDIDOS NA ..

FAZENDA | FLORESTA | RUA



-PERDIDOS ELES ENCONTRARAM UMA CASINHA FEITA DE...

PALHA | MADEIRA | DOCES

- NA CASINHA MORAVA UMA...

BRUXA | PRINCESA | FADA

- SE VOCÊ ESTIVESSE PERDIDO NA FLORESTA, QUE TIPO DE CASINHA GOSTARIA DE ENCONTRAR?
USE O ESPAÇO ABAIXO PARA DESENHAR.

2

ALFABETO EM QUADRINHAS

A LETRA **C** BEM CEDINHO
CORRE FELIZ COM A CUTIA
CAVALGA NO CAVALINHO
E PELO CAMPO ASSOVIA!

C C

Isabel Cristina S. Soares

1 - CIRCULE NA QUADRINHA AS PALAVRAS INICIADAS COM A LETRA **C**.

2 - A LETRA **C** CORRE FELIZ COM:

( ) A GALINHA
( ) O CAVALO
( ) A CUTIA

3 - COMPLETE:

A LETRA C CAVALGA NO _____.

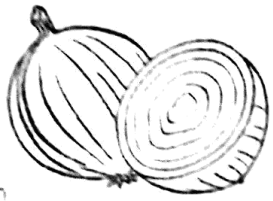
E PELO _____ ASSOVIA.

- - LEIA A FAMILIA SILABICA DA LETRA C.

CA CO CU CÃO **CE CI**

ca co cu cão **ce ci**

- AGORA COMPLETE AS PALAVRAS COM AS SÍLABAS CORRESPONDENTES.

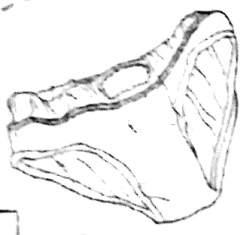


CE BOLA

CI NEMA

CO BRA

CE GONHA



CU ECA

CO RUJA

CA CHORRO

CU TIA

5

COMO AS PESSOAS SE DESLOCAM

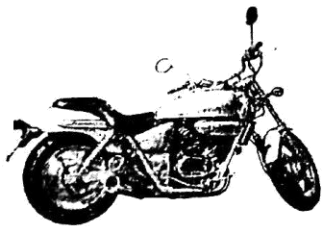
AS PESSOAS SE DESLOCAM DE UM LUGAR PARA OUTRO DE VÁRIAS MANEIRAS.

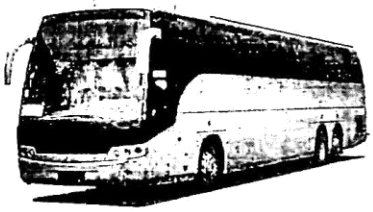
QUANDO A DISTÂNCIA É CURTA, PODE-SE IR A PÉ.

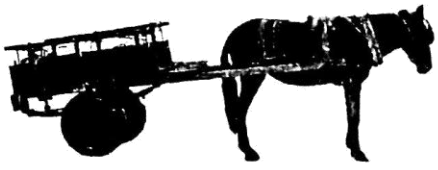
QUANDO A DISTÂNCIA É LONGA, AS PESSOAS COSTUMAM USAR UM **MEIO DE TRANSPORTE**.

ESCREVA O NOME DE CADA MEIO DE TRANSPORTE. DEPOIS, CIRCULE OS MEIOS DE TRANSPORTE QUE VOCÊ VÊ NO CAMINHO DE SUA CASA ATÉ A ESCOLA.

AUTOMÓVEL ÔNIBUS BARCO AVIÃO
MOTOCICLETA CHARRETE







- ALÉM DESSES, VOCÊ VÊ OUTROS MEIOS DE TRANSPORTE NO CAMINHO DE SUA CASA ATÉ A ESCOLA? QUAIS?

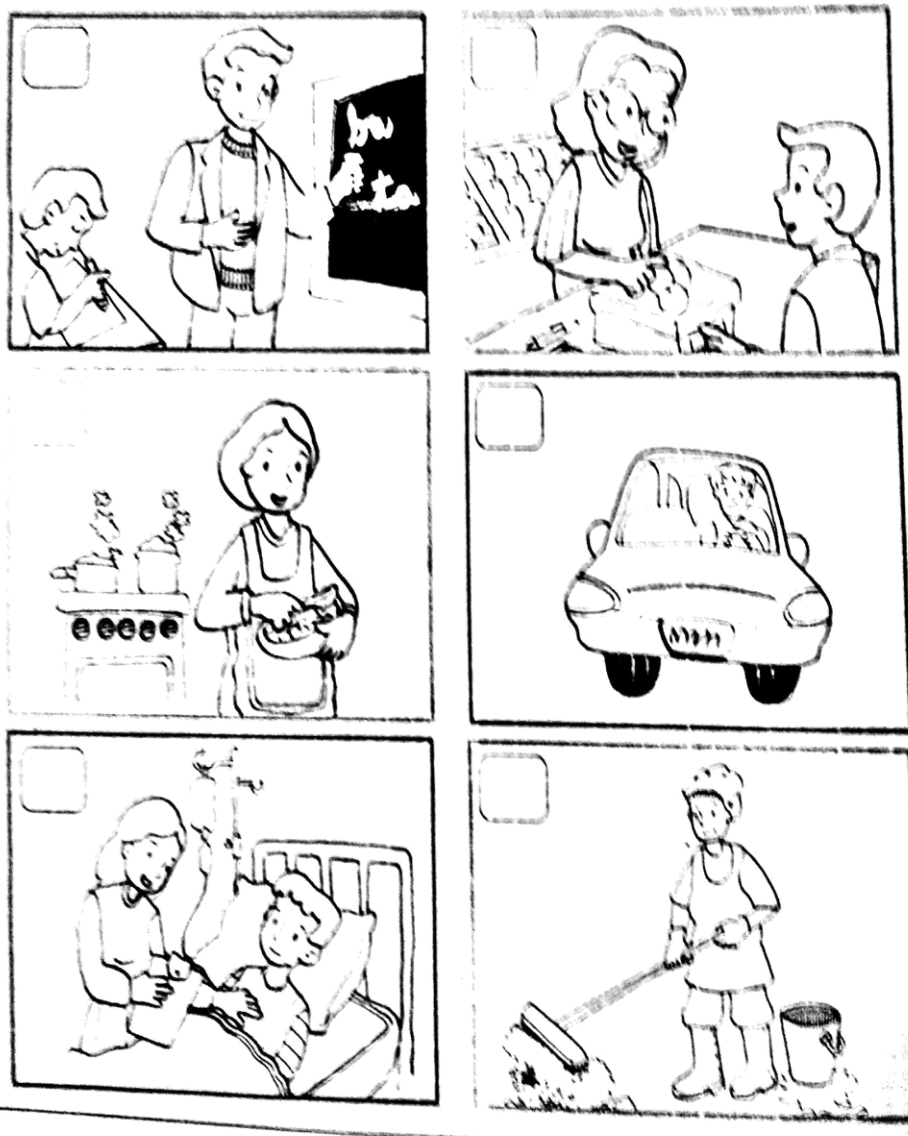
MODOS DE TRABALHAR

4

PROFISSÕES

- NUMERE DE ACORDO COM A PROFISSÃO DAS PERSONAGENS.

1 ARTUR É PROFESSOR.
2 AUXILIADORA TRABALHA NO SACOLÃO.
3 RAFAEL É MOTORISTA.
4 SABRINA FAZ FAXINA.
5 LOURDINHA COZINHA.
6 ÉRICA É MÉDICA.



Universidade Federal
de Ouro Preto

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
Instituto de Ciências Humanas e Sociais

Certifico que o trabalho de conclusão de curso intitulado "A Sala de Recurso e a inclusão de alunos com necessidades especiais em Mariana MG" de autoria da aluna **Karine de Freitas Santos** foi aprovado sem recomendações de alteração pela banca examinadora e que estou de acordo com a versão final do trabalho.

Leandro Silva de Paula

(Profº Dr. Leandro Silva de Paula)
Orientador
Mariana, 11 de dezembro de 2018